

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDUARDO JOSÉ REZENDE PEREIRA

**OS EFEITOS E AS MEDIDAS:
crise e contrarreformas e as respostas da FEM-CUT/SP**

SÃO CARLOS (SP)
2019

EDUARDO JOSÉ REZENDE PEREIRA

**OS EFEITOS E AS MEDIDAS:
crise e contrarreformas e as respostas da FEM-CUT/SP**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais, para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política e Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

SÃO CARLOS (SP)
2019.

Pereira, Eduardo José Rezende

Os efeitos e as medidas: crise e contrarreformas e as respostas da FEM-CUT/SP / Eduardo José Rezende
Pereira – 2019

TCC (Graduação) – Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Joelson Gonçalves de Carvalho

Banca Examinadora: Jacob Carlos Lima, Vera Alves

Cepêda

Bibliografia

1. Sindicalismo. 2. Crise. 3. Contrarreformas. I. Pereira,
Eduardo José Rezende. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)

Centro de Educação e Ciências Humanas (FECH)
Departamento de Ciências Sociais (DCSo)

Folha de aprovação

Orientador

Prof. Joelson Gonçalves de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais (DCSo) - UFSCar

Examinador

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Departamento de Sociologia (DS) - UFSCar

Examinadora

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

Departamento de Ciências Sociais (DCSo) - UFSCar

AGRADECIMENTOS

Os cinco anos de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) correspondem a um período valoroso e de enorme aprendizagem. Marcada pela dureza do período histórico atual, a experiência da universidade pública, gratuita e de qualidade apresentou algumas oportunidades em que, diante delas, pude tornar-me outro. Creio que as inquietações iniciais que moveram o meu olhar na escolha do tema da Iniciação Científica (IC), e, agora, na monografia de conclusão de curso, no encerramento deste mesmo ciclo — onde aprofundo os resultados da pesquisa sobre o objeto e os problemas com os quais trabalhei anteriormente —, misturam-se em aspectos pessoais, acadêmicos e políticos, tornando-os interesses indissociáveis.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento durante os anos de 2018 e 2019, possibilitando a dedicação exclusiva à pesquisa. A nossa trajetória também foi possibilitada pelas informações e os dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), bem como pela assessoria da FEM-CUT/SP, a qual agradeço pelo comprometimento e confiança com o nosso trabalho nos últimos anos — desde o projeto “Memória FEM-CUT/SP”, de 2016, em conjunto com o grupo de pesquisa “Intelectuais, Ideias e Instituições” (PPGPOL/UFSCar), coordenado pela Prof. Dra. Vera Alves Cepêda, e o nosso projeto de pesquisa CNPq, de 2017 a 2018.

Ressalto a minha mais alta consideração e gratidão, pela paciência e atenção demonstradas em todo o período de graduação e trabalho conjunto, ao meu orientador prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, o qual admiro imensamente por sua inquietação em querer ver transformada a realidade dentro e fora dos muros da Universidade, consagrando com a maestria e a delicadeza que acredito serem necessárias — e que também acredito que lhe sejam próprias — a função política que existe no exercício acadêmico e no papel social do intelectual.

Não deixaria de lado, na escrita deste capítulo que muito significa em minha trajetória pessoal, de ressaltar a inspiração e o amparo que recebi dos meus colegas de redação do Jornal A Cidade e O Pinhalense e de alguns dos meus professores da Escola Estadual Cardeal Leme, em Espírito Santo do Pinhal, no interior paulista. Homens e mulheres que depositaram expectativas sinceras em meu ingresso e jornada no ensino

superior público — ora promovendo debates acalorados que me deixavam com os olhos brilhando, ora fornecendo conselhos, e por vezes livros.

Agradeço a todos e todas que fizeram parte, de forma direta ou indireta, deste período: aos docentes do meu curso e àqueles que conheci nos espaços da Federal, nas ruas e nas praças do município de São Carlos; aos técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH); aos camaradas da “maloca”, da casa/sede e do apartamento em que morei; aos colegas de curso, agora também formandos, com quem compartilhei conhecimentos, brindes e o cotidiano; aos meus familiares; aos novos e velhos amigos.

Não poderia deixar de especificar a minha gratidão aos meus companheiros de luta do movimento social Levante Popular da Juventude e do partido Consulta Popular, e, também, aos companheiros das três gestões em que construí a histórica entidade local, o Diretório Central dos Estudantes (DCE Livre – UFSCar). Pessoas valorosas e necessárias no processo de construção do sujeito coletivo que me tornei.

Sem mais delongas, dedico esta monografia, como todos os meus dias de luta e de produção acadêmica, à memória dos lutadores brasileiros que me inspiram pelo exemplo de disciplina, entrega, esperança e criatividade — avivando o calor da mística que é tão preciosa na construção de novos dias. Por fim, dedico e agradeço imensamente à minha mãe, Marlene, pelos recursos e, sobretudo, por sua confiança e olhar afetuoso — depositados especialmente naquele momento de nossa primeira despedida, em maio de 2014, quando incitava a coragem necessária à vida adulta; e ao meu pai, João Batista, exemplo de um operário em construção, sujeito tão comum e tão diferente, que compreende o mundo ao seu redor com humildade e fé — uma fé que, com o tempo e o exemplo, também passei a compreender: diz respeito à crença na possibilidade de termos salva a humanidade através do cultivo da solidariedade e da paciência histórica.

“A satisfação intelectual não me basta...
A ação me faz falta!”

Patrícia Galvão, Pagu (1910-1962)

RESUMO

A crise internacional do sistema capitalista afeta os índices de desenvolvimento econômico dos países centrais e periféricos. O Brasil sente o aprofundamento dos efeitos dessa crise econômica junto a uma crise política, que coloca os interesses do patronato na agenda governamental. A desindustrialização e os retrocessos na legislação social e trabalhista afetam diretamente a classe trabalhadora e as suas formas de organização coletiva. Buscamos compreender como a Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos da Central Única de Trabalhadores de São Paulo (FEM-CUT/SP) atua neste cenário, mapeando as suas respostas e classificando-as de duas maneiras: aquelas relacionadas às mudanças organizacionais e financeiras da entidade, e também aquelas que dizem respeito às readequações das táticas e do discurso político.

Palavras-chave: sindicalismo; crise; reforma trabalhista; retrocessos sociais.

ABSTRACT

The international crisis of the capitalist system affects the economic development indices of central and peripheral countries. Brazil feels the deepening effects of this economic crisis along with a political crisis, which places employers' interests on the government's agenda. Deindustrialization and the retrogression of social and labor legislation cause difficulties in the form of collective organization of the working class. We seek to understand how the Federation of Metalworkers Unions of the Central Única de Trabalhadores de São Paulo (FEM-CUT/SP) operates in this scenario, mapping its responses and classifying them in two ways: those related to organizational and financial changes of the entity, and also those related to readjustments of tactics and political speeches.

Keywords: unionism; crisis; labor reform; social setbacks.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Arrecadação financeira da FEM-CUT/SP – 2015-2018 (2019)

60

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

CCT – Convenções Coletivas de Trabalho

CNM-CUT – Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

CGTB – Confederação Geral do Trabalho no Brasil

CESIT-Unicamp – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Unicamp

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FEM-CUT/SP – Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICT-DIEESE – Índice de Condição de Trabalho do DIEESE

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MP – Medida Provisória

OLT – Organização no Local de Trabalho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMDB ou MDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido da Renovação Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. NOVAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DO SINDICALISMO... 20	
1.1. Breve recuperação histórica.....	21
1.2. Considerações sobre as organizações sindicais e o novo sindicalismo	35
1.3. A CUT e a FEM-CUT/SP	38
CAPÍTULO 2. ADVERSIDADES E DESAFIOS: SINDICALISMO EM TEMPOS DE CRISE	43
2.1. Adversidades econômicas e cenário industrial	43
2.2. Adversidades políticas e retirada de direitos	48
CAPÍTULO 3. AS RESPOSTAS DA FEM-CUT/SP	56
3.1. Respostas internas.....	58
3.2. Respostas externas	63
CONCLUSÕES	69
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS	76

INTRODUÇÃO¹

Os estudos realizados pelos autores clássicos das Ciências Sociais durante o século XIX buscavam compreender quais os impactos sociais, econômicos e políticos causados pelo novo cenário de urbanização europeia e pelas inovadoras formas de reprodução social e exploração do trabalho impulsionados pelo capitalismo industrial emergente. As análises feitas sobre este cenário e os seus inerentes dilemas e conflitos também recairia sobre as formas de resistência encontradas no interior dos processos de lutas realizadas pelos milhares de trabalhadores explorados por esse sistema econômico.

Essa necessidade de compreender os efeitos gerados pela urbanização e pela industrialização, atrelados ao avanço do capitalismo industrial, bem como às formas de resistência encontradas diante deste mesmo processo, também se materializou nos primeiros estudos sociais sobre o trabalho no Brasil. Tais estudos eram produzidos por intelectuais que desejavam caracterizar a emergente classe trabalhadora urbana e industrial através de um olhar mais “profissionalizado”, distanciando-se das análises que eram apontadas pela cartilha do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

[...] na década de 1960, os primeiros sociólogos do trabalho lutaram simbolicamente por formar um campo singular e uma audiência acadêmica para acolher a sociologia do trabalho nascente, diferenciando-a daquele tipo de conhecimento político programático acerca da classe trabalhadora, de ascendência stalinista (SANTANA; BRAGA, 2009, p. 307).

Conforme ressaltado por Santana e Braga (2009), os intelectuais da década de 1960, responsáveis pelo impulsionamento dos primeiros estudos da sociologia do trabalho e a sua consolidação enquanto campo científico e autônomo, ocuparam-se principalmente da caracterização da classe trabalhadora brasileira surgida através do processo de industrialização “dirigido pelo Estado populista” durante década imediatamente anterior: os acontecimentos da década 1950 redefiniriam a estrutura de classes do país — assim, “reestruturando as instituições políticas oligárquicas dominadas

¹ A realização deste trabalho é fruto da obtenção e da análise de dados e informações que foram geradas a partir do nosso projeto de Iniciação Científica intitulado por “Novo sindicalismo, velhas estruturas: uma análise do sindicalismo metalúrgico da CUT/SP”, outorgado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) durante os meses de agosto de 2018 a dezembro de 2019, bem como pelo projeto de pesquisa e extensão “Trajetórias do sindicalismo metalúrgico paulista: um balanço sobre a história da FEM-CUT/SP”, ou “Memória FEM-CUT/SP”, o qual nos integramos junto ao grupo de pesquisa “Intelectuais, Ideias e Instituições” do PPGPOL-UFSCar, em parceria com a Fundação de Amparo Institucional da UFSCar (FAI-UFSCar) e a entidade sindical, durante os anos de 2016 a 2018.

pelas antigas aristocracias rurais e consolidando o advento de um novo proletariado de origem rural” (SANTANA; BRAGA, 2009, p. 297-298).

Santana e Braga (2009) apontam duas vertentes interpretativas que consolidaram naquela primeira geração de intelectuais que tinha o trabalho urbano e industrial emergente como tema central de pesquisa: em primeiro lugar estavam os estudos que buscavam investigar a relação dos trabalhadores com os sindicatos por meio da problematização das origens culturais e regionais da classe operária; e, em segundo, as investigações dedicadas à relação entre o sindicalismo e o Estado populista na formação da consciência de classe.

Pochmann e Moraes (2017) apontam que com a abolição da escravatura, a partir de 1888, a classe trabalhadora em formação alcançaria o final da década de 1920 sem ter uma dimensão nacional, “operando em organizações de base local, na maior parte das vezes isolada e muito diferenciada, quase como uma extensão do período pré-abolicionista” (POCHMANN; MORAES, 2017, p. 97). Mesmo com a baixa integração dos ex-escravos, a classe trabalhadora em formação foi marcada por grande excedente de força de trabalho, sendo atração de significativas levas de migrantes europeus, sobretudo italianos no final do século XIX e início do século XX, que buscavam ocupar as principais vagas existentes no interior do mercado de trabalho.

Há de se ressaltar que os primeiros brasileiros tornados operários surgiram somente algumas décadas depois desses imigrantes europeus: pertenceriam a uma massa urbana recém chegada do campo, residindo nas periferias dos centros urbanos industriais e sem nenhum vínculo simbólico, político ou organizativo com antiga classe operária de imigrantes: “Não era de se estranhar, portanto, que a relação entre as massas operárias e o ‘Estado populista’ estivesse no centro das preocupações dessa nascente sociologia profissional do trabalho” (SANTANA; BRAGA, 2009, p. 298).

O sindicalismo brasileiro — com todas as particularidades que tangem a sua criação e amadurecimento, em comparação àquele surgido na Europa durante os processos de luta dos trabalhadores no século XVIII — é um objeto recorrente na trajetória e na consolidação das Ciências Sociais, sobretudo nas áreas de estudo cujo trabalho é um tema que adquire centralidade. Na atualidade, o sindicalismo é analisado sob os mais diversos prismas e através das mais diversas combinações metodológicas a depender dos objetivos gerais e específicos dos pesquisadores.

É muito comum os autores que tratam do sindicalismo concentrarem-se no fato de que a ação e organização coletiva gera o avanço de direitos — assim, reforçando a ideia de que a prática e a instituição sindical são elementos atrelados à cidadania². Na atualidade, uma parte considerável de estudos têm sido produzidos no sentido de compreender quais os impactos gerados no movimento sindical em específico, e também os efeitos na vida da classe trabalhadora em nível mais geral, diante das transformações e das inovações tecnológicas que vêm ocorrendo com o capitalismo internacional, bem como diante dos retrocessos sociopolíticos e da agenda de austeridade econômica que atinge os países do centro e da periferia deste sistema econômico³.

Pochman e Moraes (2018, p. 113) apontam que o encolhimento do nível produtivo do país tem sido acompanhado do crescente desemprego e empobrecimento da população. Os autores ainda salientam que desde o ano de 2016 o Brasil passou a conviver com sinais importantes do esgotamento político da Nova República, e que, com isso “o padrão de políticas públicas constituído nas últimas três décadas de experimentação democrática aponta para uma profunda inflexão impulsionada pelo retorno do receituário neoliberal ao país” (POCHMAN; MORAES, 2018, p. 113).

Segundo Bridi *et al.* (2018, p. 59), o campo científico cujo tema central é o trabalho, tem realizado, tanto no caso internacional quanto no caso brasileiro, produções sensíveis aos ambientes nos quais se praticam, bem como aos seus cenários e contextos:

Assim, como sinalizamos para os desafios que já têm sido enfrentados pela Sociologia do Trabalho internacional e que têm a ver com a crise e as políticas de austeridade que varrem o globo, é preciso sinalizar para um possível novo contexto de mudanças no mundo do trabalho e de sua regulação, que, por óbvio, terão impactos na Sociologia do Trabalho brasileira. As políticas de austeridade que vêm se tentando implantar no Brasil a partir de um conjunto de reformas propostas pelo governo de Michel Temer — a saber a adoção da PEC 55/2016, pautada por uma política econômica recessiva e austera, seguida, em 2017, pela aprovação da terceirização irrestrita e das reformas trabalhista e previdenciária — sinalizam para uma nova agenda de pesquisa que terá como desafio analisar os desdobramentos da atual crise econômica e política brasileira para a classe trabalhadora e suas instituições de representação (BRIDI *et al.*, 2018, p. 59).

² Exemplos renomados na literatura sobre o sindicalismo, neste sentido, são as obras de Sader (1988) e de Carvalho (2008). Destacamos também Mattos (2009), Rossi e Gerab (2009) e o recente trabalho de Galvão e Marcelino (2017).

³ Algumas produções recentes que elucidam essa afirmação, utilizadas por nós neste trabalho, são Galvão *et al.* (2017), Pochmann e Moraes (2018) e Krein (2018), para além de Antunes (1998), com seu renomado trabalho sobre os impactos da reestruturação produtiva da década de 1990 na organização do trabalho e nas formas de resistência dos trabalhadores.

Conforme apontado por Bridi et al (2018), no caso brasileiro, não distante do que a realidade aponta em alguns outros países, o campo de pesquisas sobre o trabalho vem produzindo estudos que, além de mesclarem velhos e novos assuntos — isto é, daquelas “velhas” questões que foram vertebradoras do campo de pesquisa ainda no século passado, junto às “novas” questões que se redimensionaram no presente —, também servem como “antenas para captação” dos processos de mudanças sociais e os seus impactos sobre os atores sociais.

Nossa pesquisa se insere justamente neste contexto, no qual um conjunto de adversidades atinge o trabalho e os direitos sociais e trabalhistas brasileiros. Temos como objetivo principal a compreensão e a caracterização das respostas que são fornecidas pelo movimento sindical brasileiro diante das crises econômica e política que acometem o país, acarretando significativamente na recessão e na instabilidade econômica, no crescimento dos índices de desemprego e subemprego, para além de mudanças na legislação trabalhista e social.

Nossa análise parte de um objeto específico, a saber, a Federação Estadual dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (FEM-CUT/SP) — ator político relevante no contexto histórico da luta por direitos dos trabalhadores do estado de São Paulo e também do Brasil, podendo ser considerado, assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como a materialização dos ideais e das práticas inovadoras daquilo que o campo acadêmico-intelectual e o campo político-sindical brasileiros convieram chamar por “novo sindicalismo”.

A FEM-CUT/SP é uma entidade sindical de segundo nível, ou seja, atua representativamente em instância superior à dos sindicatos municipais e/ou regionais, e, dentro da própria estrutura cutista, abaixo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT). A entidade sindical tem a sua atuação no estado federativo que mais concentra renda e indústrias metalúrgicas, para além de também ser, conforme se sabe, o palco das principais articulações e manifestações políticas.

Partimos da hipótese de que a FEM-CUT/SP busca contrapor-se aos desafios que são impostos pelo cenário adverso que atravessa o país — caracterizado pelos efeitos da crise econômica internacional, que afeta a economia e a indústria brasileira, e também de uma crise política cujo auge é o impeachment de uma presidente legitimamente eleita e,

a partir disso, a alteração da agenda governamental fortemente marcada por contrarreformas sociais e a imposição de um receituário neoliberal.

Acreditamos que, por um lado, a entidade sindical elege novas formas de ação e de discurso junto à sua base representada e à classe patronal e aos governos, para além de também inserir novas bandeiras de luta em suas articulações políticas e agitação nos meios de comunicação e nos atos de rua. Por outro lado, também sustentamos a hipótese de que a FEM-CUT/SP busca por reformulação de sua organicidade diante das permanências e, sobretudo, das rupturas da estrutura sindical corporativa, diante de um cenário que é tanto desfavorável aos trabalhadores, no que diz respeito à permanência em seus empregos e aos direitos que lhes amparam, quanto ao seu próprio movimento reivindicativo e coletivo. Acreditamos que as organizações representativas, são, em nível geral, criminalizadas e perseguidas diante do notável avanço do discurso e da ideologia conservadora, bem como da judicialização da ação política — colocando tanto o movimento sindical quanto os movimentos populares em ação “defensiva”, conforme apontado por Galvão e Marcelino (2017) e Krein (2019).

Afim de cumprirmos com nosso objetivo geral e também confirmarmos as nossas hipóteses, inicialmente selecionamos e consultamos a bibliografia de referência sobre o histórico do sindicalismo no Brasil — e, mais especificamente, sobre o ramo metalúrgico — para que, num segundo momento, pudéssemos compreender o funcionamento e as características da estrutura sindical corporativa brasileira, através da leitura de alguns autores críticos à este modelo. Utilizando-nos da pesquisa de campo junto à FEM-CUT/SP em seu 8º Congresso⁴, realizado no mês de fevereiro de 2019, bem como da consulta aos materiais que foram produzidos pela entidade sindical no período que o antecedeu e o sucedeu, pudemos elencar quais as respostas que foram fornecidas pela federação diante desse cenário de adversidades já apontado brevemente por nós — que muito preocupa o campo político-sindical quanto aos seus rumos, e que também instiga o campo acadêmico-intelectual diante das novas complexidades que se impõe nas agendas de pesquisas dos temas do trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas e do sindicalismo.

No que ainda tange à metodologia utilizada por nós, há de se ressaltar o

⁴ O 8º Congresso da FEM-CUT/SP ocorreu durante os dias 25 a 28 do mês de fevereiro de 2019, no município de Praia Grande, litoral paulista, nas dependências da colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos de São Paulo (SINERGIA), filiado à CUT.

levantamento de documentos e de mídias para assim caracterizarmos o nosso objeto de pesquisa, bem como o levantamento e a tabulação de dados técnicos para dimensionar a recessão econômica e o cenário da indústria, por um lado, e, por outro, o levantamento bibliográfico e documental para caracterizarmos a crise política e os retrocessos sociais — e, aqui, com o recorte que se inicia no cenário político brasileiro a partir de 2014, antes das eleições presidenciais que reelegeram o projeto neodesenvolvimentista sob o mandato de Dilma Rousseff (PT), mas privilegiando, sobretudo, o cenário do pós-golpe de 2016, com a implantação de uma nova agenda governamental, de viés fortemente neoliberal, encabeçada pelo governo de Michel Temer (MDB).

Nosso trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado por “Novas concepções e práticas do sindicalismo”, é onde recuperamos o histórico do sindicalismo brasileiro e apresentamos a sua estrutura corporativa, apresentando a CUT e a FEM-CUT/SP como organizações que materializaram os ideais e as práticas do chamado novo sindicalismo brasileiro.

Qualificamos o nosso problema de pesquisa durante o segundo capítulo: denominado por “Adversidades e desafios”, é onde descrevemos e caracterizamos o cenário de crise econômica internacional e os seus impactos no Brasil, bem como o cenário de crise política brasileira e de retrocessos sociais e trabalhistas. Esse conjunto de crises imbricam-se numa agenda de medidas governamentais e ações políticas que são amparadas pelos interesses da classe patronal, depois da instituição do golpe de 2016.

No terceiro capítulo, de título sugestivo, é onde apresentamos “As respostas” da FEM-CUT/SP, mediante os desafios impostos pelo cenário adverso das crises econômica e política. É onde buscamos confirmar as nossas hipóteses sobre as possíveis mudanças no discurso e na atuação política, bem como perante as modificações e as permanências da estrutura sindical corporativa brasileira. Por fim, encontram-se as conclusões e as referências utilizadas por nós nesta pesquisa.

CAPÍTULO 1. NOVAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DO SINDICALISMO

Visando melhor apresentar o nosso objeto de pesquisa, bem como o que ele representou de relevante e inovador ao movimento sindical em seu momento de criação, faz-se necessário tanto retomar o histórico do sindicalismo brasileiro como também elucidar as principais características no que tange à sua estrutura oficial, instituída e regulada pelo Estado.

A nossa finalidade com este capítulo não é reconstituir detalhadamente todo o histórico de lutas dos trabalhadores brasileiros, e tampouco apontar ou caracterizar profundamente as suas experiências de organizações coletivas criadas como respostas às situações de exploração e desamparo social — pois tais esforços, tão somente, nos renderiam outro trabalho, sem apresentar novidade e nos distanciaria do nosso objetivo principal com a pesquisa. Cremos ser importante, porém, elucidar que o processo de formação da classe trabalhadora brasileira imbrica-se à constituição de lutas coletivas por melhores condições de vida e de trabalho, e que essas lutas se aperfeiçoaram ao longo do tempo. Apontamos que as primeiras ações corporativas, bem como a própria estrutura do sindicalismo, contam com particularidades que se diferenciam das experiências europeias quando na Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX.

Afim de constituirmos de forma didática nossa argumentação, estruturamos este capítulo em dois tópicos. Num primeiro passo discorreremos brevemente sobre as experiências que foram pioneiras no Brasil quanto à organização dos trabalhadores — fragilmente criadas no final do século XIX. Além disso, tratamos sobre o surgimento da prática sindical, e também sobre as características daquelas primeiras entidades — tanto as que foram marcadas pela oficialidade quanto aquelas que atuaram de modo extraoficial — durante o período que antecedeu o nascimento da conhecida fase do “velho sindicalismo”, na terceira década do século XX. Após apontarmos sucintamente as diversas conjunturas em que vigorou o velho sindicalismo, tratamos, por fim, da caracterização do momento em que surgiu o chamado “novo sindicalismo”, bem como seus objetivos norteadores — apontando, assim, algumas críticas à estrutura sindical corporativa, diante dos elementos que ainda se encontram em vigência. Em um segundo passo, caracterizamos o nosso objeto de pesquisa, a FEM-CUT/SP, considerada a materialização dos ideais e das práticas do novo sindicalismo.

1.1. Breve recuperação histórica

Pochmann e Moraes (2017), apontam que a predominância de regimes não democráticos ao longo da história brasileira, conduzidos por grupos políticos conservadores e autoritários, impossibilitou a existência de grandes avanços na regulação social e trabalhista.

Exemplo disso foi a longa transição do trabalho escravo, uma vez que o Brasil foi um dos poucos países com passado escravista que alçou a condição de independência nacional (1822) sem romper com o trabalho forçado. Na realidade, o trabalho escravo demorou 66 anos após a independência nacional para se tornar ilegal, posto à preferência da rotina de negociações graduais e pontuais (POCHMANN; MORAES, 2017, p. 96)

Uma notável parcela dos estudos sobre o sindicalismo brasileiro, ao considerar o seu processo histórico, seja de forma direta ou indireta, classifica apenas a sua “velha” e “nova” fase — a primeira, marcada pela Constituição promulgada em 1934 e o período que se sucede; e a segunda, pelas greves iniciadas a partir de 1977 e o período subsequente. Conforme apontado por Santos (1979), acreditamos que no exercício da retomada histórica não devemos ignorar os impactos gerados pelas primeiras legislações que regulamentaram a possibilidade de organização dos trabalhadores, e, assim como também reforçado por Mattos (2009), acreditamos que não podemos ignorar nem o impacto daquelas primeiras organizações de trabalhadores livres e nem a experiência do anarcossindicalismo — todas antecessoras à estrutura corporativa brasileira forjada nos anos 1930. Neste sentido, Rossi e Gerab (2009) apontam que o sindicalismo é o resultado

(...) da acumulação das experiências adquiridas pelos trabalhadores, nas suas lutas contra a exploração patronal. As derrotas e as vitórias, assim como o avanço da organização patronal, exigem das lideranças operárias a busca constante de novas formas de organização (ROSSI; GERAB, 2009, p. 25).

As primeiras experiências de organização coletiva de trabalhadores brasileiros correspondem àquelas iniciativas que foram construídas de forma extralegal no final do século XIX, sem nenhuma relevância política ou inserção social para além da dinâmica dos centros urbanos, ainda em processo de desenvolvimento. Tais experiências eram incentivadas pelas comunidades vinculadas à Igreja Católica e aos seus ideais de caridade e solidariedade, reunindo, por um lado, escravos, ex-escravos e trabalhadores livres, e, por outro, apenas trabalhadores livres profissionalizado⁵. Tais experiências se fortaleciam

⁵ Aos trabalhadores escravizados era proibida a associação coletiva, restando a clandestinidade em organizações pelas quais buscavam libertar-se. Havia, porém, uma exceção: “[...] lhes era permitido

na região do Sudeste brasileiro, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, dado o caráter de maior dinamicidade de suas economias em comparação ao restante do país. Mattos (2009) aponta que no Rio de Janeiro, no ano de 1887, foram registradas 115 associações com essa finalidade assistencialista, das quais 48 tinham cunho profissional.

Com o passar do tempo as experiências assistencialistas foram adquirindo novos contornos e surgiram as associações mútuas, distinguindo-se das irmandades de caráter associativo e religioso. As mútuas não tinham referência religiosa e reuniam em um caixa comum as contribuições de seus associados para assim auxiliá-los em momentos de invalidez, doença, morte etc. Mattos (2009) salienta que os mais necessitados desse tipo de apoio eram os trabalhadores pobres, “que ganhavam tão pouco que não podiam arcar com os custos de sua incapacidade temporária ou permanente para o trabalho” (MATTOS, 2009, p. 22). Conforme apontado pelo autor, em São Paulo sete associações de auxílio mútuo foram criadas entre 1888 e 1900; esse número subiu para 41 novas associações entre 1901 e 1914 e para 53 entre 1917 e 1929. Muitas mútuas passaram a ter um caráter profissional, reunindo trabalhadores de um mesmo ofício ou de uma mesma empresa, ou mesmo trabalhadores de diversas profissões aglutinadas. Gradualmente as feições sindicais foram transparecendo-se quando as mútuas passaram a defender os interesses de seus associados frente aos patrões e ao Estado. Esse caminho — das associações mútuas transformarem-se em sindicatos — não era necessariamente direto, pois as suas finalidades eram bastante diferentes:

Na virada do século [XIX para o XX], um número cada vez maior de ligas, associações de resistências e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mútuas permaneceu em pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo. Correntes políticas variadas disputaram a direção das primeiras organizações

pertencer a irmandades, sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro e que possuíam, além do objetivo de culto a esse padroeiro, funções de apoio aos membros (‘irmãos’), como o auxílio em caso de morte, para que a família custeasse o funeral. Para os trabalhadores escravizados e libertos (ex-trabalhadores escravizados) existiam irmandades específicas, como a de N. Sra. Do Rosário, as de São Benedito, as de São Elesbão e Sta. Efigênia, entre outras” (MATTOS, 2009, p. 21-22). Havia ainda as irmandades organizadas por trabalhadores livres, associadas a determinados ofícios especializados, que reuniam artesãos, também denominados por artistas, de uma mesma profissão e sob a proteção de um santo padroeiro associado àquele ofício. Embora as irmandades negras não tivessem sido criadas com o objetivo de luta pela liberdade — ao contrário, instituídas pela Igreja Católica buscando a conversão dos africanos e dos seus descendentes —, acabaram adquirindo certo papel de aglutinação de abolicionistas: “em São Paulo, os caifazes se reuniam e imprimiam seu jornal na irmandade do Rosário. Da mesma forma, as irmandades ligadas aos ofícios artesanais não foram criadas para representar interesses profissionais, mas o faziam em alguns momentos” (MATTOS, 2009, p. 22).

sindicais. Os socialistas buscaram esse espaço, mas era compreensível que uma proposta que secundarizava a vida sindical em relação à política partidária tivesse pouco sucesso naquela conjuntura de pequena participação eleitoral dos operários (MATTOS, 2009, p. 47).

As primeiras legislações no sentido de garantir o direito de organização aos trabalhadores foram aquelas criadas em 1903 e 1907 que, embora sem grandes impactos reais, estabeleciam o direito dos trabalhadores de organizarem as suas demandas e assim apresentá-las aos governos e aos patrões. A “lei de sindicalização” de 1903, conforme argumenta Santos (1979), vinha à tona por pressões políticas externas ao Brasil: as embaixadas europeias, que eram responsáveis pela chegada dos imigrantes — que vinham para trabalhar, sobretudo, nas lavouras da região Sudeste —, pressionaram o governo para que incentivasse a criação de entidades que repassassem as possíveis demandas desses imigrantes aos seus países de origem, bem como fiscalizassem o tratamento que lhes era conferido quando na sua chegada e estadia no solo brasileiro.

Nota-se, portanto, que o primeiro passo do sindicalismo formal no Brasil visava a organização de trabalhadores imigrantes no campo. As entidades que foram criadas à época, incentivadas pelo próprio Estado brasileiro, cumpriam com uma série de acordos internacionais com os países de origem desses trabalhadores, devendo zelar pelo seu bem-estar. Além disso, os sindicatos eram espaços esvaziados de debate político e moviam-se apenas pela lógica de representação, fiscalização e acesso aos poucos direitos sociais concedidos pelo Estado. A legislação de 1907 estenderia o direito de sindicalização aos trabalhadores urbanos, que poderiam filiar-se às diversas associações criadas na época.

Há de se ressaltar que o direito de filiação aos sindicatos seria possibilitado por todo o país, mas que a maioria dessas entidades representativas se concentraria na região Sudeste. As principais pautas daqueles primeiros sindicatos diziam respeito aos acidentes de trabalho e à previdência, não sendo realizada nenhuma mobilização de grande impacto social; sofrendo risco de repressão e intervenção em suas direções por parte dos governos.

Pochmann e Moraes (2017), apontam que a imigração europeia foi responsável pela ocupação dos postos de trabalho até então existentes, uma vez que predominou o bloqueio da oligarquia agrária brasileira à inclusão dos seus ex-escravos na condição de trabalhadores assalariados. Com isso, o padrão de organização e de lutas dos trabalhadores difundiu-se através dos ideais anarquistas, consistentes com os lemas liberais europeus de liberdade, igualdade e fraternidade.

O anarcossindicalismo ganhou força sobretudo a partir da década de 1910. Conforme aponta Mattos (2009), os anarquistas recusavam a via eleitoral-partidária e apostavam tudo no conflito com o patronato, como uma forma de mobilizar e de conscientizar os trabalhadores para a necessidade de transformação profunda da sociedade. Esses sujeitos tornaram-se as principais lideranças da primeira fase de organização dos sindicatos: “O caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado era, para esse grupo, a ação direta, cuja manifestação mais conhecida era a greve” (MATTOS, 2009, p. 48).

Os anarcossindicalistas eram principalmente imigrantes italianos, que ou se utilizavam da possibilidade de disputa e ingresso nas entidades representativas já existentes, tanto as dos trabalhadores urbanos quanto as dos rurais, ou então construíam entidades paralelas às entidades oficiais para realizar espaços de formação e mobilização política junto à sua base associada. Os anarquistas disputavam as direções sindicais com aqueles sujeitos que já se encontravam acomodados em grande parte das entidades existentes. Denominados por “amarelos”, esses dirigentes não tinham grandes interesses no avanço geral dos direitos dos trabalhadores, flertando com a classe patronal a fim de manterem estáveis a garantia de renda pessoal e a influência local.

Pochmann e Moraes (2017) apontam que pela presença ínfima de indústrias e ocupações urbanas, o mercado de trabalho era totalmente desregulado e sedimentado regionalmente, “ademais, com a ausência de negociações coletivas de trabalho, as lutas operárias demarcadas por certo espontaneísmo eram fortemente reprimidas pela força policial” (POCHMANN; MORAES, 2017, p. 99). Os autores apontam que

Nessas circunstâncias, as lutas sociais cresciam no início do século XX assentadas na defesa da regulação pública do trabalho que implementasse um limite mínimo ao grau de exploração da força de trabalho (jornada máxima de trabalho, proibição ao trabalho do menor, salário-mínimo, entre outros). Também ganhou apelo organizativo entre a classe trabalhadora em formação, a luta contra a opressão do elevado custo de vida em meio às péssimas condições de vida nas cidades em expansão, sobretudo no ambiente da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (POCHMANN; MORAES, 2017, p. 99).

Conforme apontam Rossi e Gerab (2009), Mattos (2009) e Santos (1979), a ação de maior impacto do anarcossindicalismo foi a greve geral de 1917, visando melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial.

O ano de 1917 foi, sem dúvida, de intensa agitação, não apenas em São Paulo onde os comícios e passeatas juntaram em torno de 80 mil pessoas. O Rio de

Janeiro e o Recife tiveram inúmeros movimentos grevistas, a tal ponto que levou o governo a decretar estado de sítio no Rio de Janeiro, proibindo as greves e fechando sindicatos. As greves de São Paulo têm um final vitorioso, conquistando aumento salarial de 20%, a não dispensa de operários, enquanto o governador e o prefeito da cidade se comprometem a fiscalizar as condições de trabalho das mulheres e menores, a combater os aumentos dos preços dos gêneros alimentícios e a libertar os operários presos. [...] A violência governamental e patronal aumenta. Há relatos de mortes de operários em São Paulo e Campinas (SP). O estado sítio marca a década de 1920 e a repressão vai destruindo as organizações operárias (ROSSI; GERAB, 2009, p. 28).

Pochmann e Moraes (2017), salientam que o acontecimento da greve geral de 1917 foi um marco na história da formação da classe trabalhadora enquanto padrão de organização e lutas durante o auge do anarquismo brasileiro. Os autores concordam com aquilo que Rossi e Gerab (2009) apontam sobre a repressão sentida pelo movimento dos trabalhadores, afirmando que, diante das características de espontaneidade, com manifestações explosivas frente à carestia e às reivindicações por melhorias nas condições de trabalho, “a atuação dos patrões era quase sempre de apostar no Estado policial, que atuava com violência e sem negociação” (POCHMANN; MORAES, 2017, p. 99).

A partir do ano de 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁶, os anarcossindicalistas também disputariam a estrutura dos sindicatos existentes e a base de trabalhadores com os comunistas, que enfrentariam uma arduosa tarefa, pois “tomar as direções sindicais das mãos dos anarquistas exigia intenso esforço de propaganda de ideias e disputa política pela adesão de militantes” (MATTOS, 2009, p. 50).

A década de 1920 também traria outras dificuldades de ação para os anarcossindicalistas, dado o aumento da repressão por parte do Estado após um ciclo de notável crescimento grevista. Porém, em meio ao cenário de adversidades — com ações violentas e prisões de lideranças sindicais, bem como cassações de mandatos e censura em materiais impressos —, no final desta década os comunistas tomariam grande parte das direções sindicais, tanto dos anarquistas como dos amarelos, criando, em 1929, a primeira central sindical brasileira, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB): “instrumento privilegiado para que as esclarecidas vanguardas revolucionárias guiassem as massas em direção à transformação social” (MATTOS, 2009, p. 51).

⁶ O nome de fundação, em 1922, era Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. No ano de 1961, após breve retorno à legalidade, o partido muda o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla.

Importante reforçar que as entidades sindicais criadas nas primeiras décadas do século XX — tanto aquelas impulsionadas pelo Estado brasileiro, quanto as extraoficiais — tiveram as suas atuações muito localizadas no Sudeste brasileiro. Com a posse do governo provisório de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, o sindicalismo passaria a ganhar maior centralidade junto à sociedade por conta das políticas populistas que foram impulsionadas na época. Amparados por um conjunto de legislações e de aparatos criados pelo próprio Estado brasileiro, os sindicatos oficiais já existentes foram fortalecidos e novas entidades representativas oficiais foram criadas.

Pochmann e Moraes (2017, p. 97) apontam que a classe trabalhadora brasileira conseguiu se apresentar cada vez mais com uma dimensão nacional a partir do ciclo de industrialização promovido entre as décadas de 1930 e 1980. Diante da expansão do emprego assalariado regular e regulamentado, bem como com a redução do desemprego, das ocupações sem registro, dos ocupados sem remuneração e dos trabalhadores por conta própria, acabou por consolidar-se a classe trabalhadora “em plena dominância da sociedade urbana e industrial”. Os autores apontam que uma comparação entre as décadas de 1940 e 1980 permite observar que, de cada dez ocupações geradas, quase oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem. As ocupações por conta própria, os trabalhadores sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total de postos de trabalho criados no mesmo período.

Por força da implementação e consolidação da indústria nacional e da institucionalização das relações de trabalho, pelas normas legais difundidas pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), tornou-se possível constatar a evolução, ainda que incompleta, da estruturação da classe trabalhadora. A dinâmica da industrialização orientada por políticas macroeconômicas comprometidas com o aumento da produção nacional favoreceu continuamente o acréscimo de ocupações, crescimento capaz de apontar para a consolidação de uma ampla sociedade salarial, no mesmo sentido dos países desenvolvidos. (POCHMANN; MORAES, 2017, p. 97-98).

Entretanto, os autores demonstram que apesar dos sinais incontestes de estruturação da classe trabalhadora ao longo do tempo, não foi demonstrada a esperada homogeneização nos mesmos níveis constatados nos países desenvolvidos.

A função dos sindicatos durante a maior parte do governo varguista, bem como no período que o sucedeu, estava para além da representação dos interesses dos trabalhadores nas negociações com a classe patronal: caberia aos sindicatos o papel de intermediários na obtenção dos direitos sociais e — em alguns momentos com maior força

e intencionalidade — de fiscalização da vida privada e pública dos cidadãos. Servindo como porta de acesso aos direitos, os sindicatos serviriam para regulamentar o acesso à cidadania e para fiscalizar a qualidade dos serviços ofertados pelo Estado. Os trabalhadores deveriam ter a sua Carteira de Trabalho⁷, produzida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e era através deste documento que lhes seria conferida a identidade de portadores de direitos.

A partir do governo de Vargas, os sindicatos deixam de ser uma instituição do direito privado e passam a ter personalidade jurídica pública, ganhando, portanto, o caráter de órgão consultivo e técnico do governo. A estrutura sindical desenhada em 1930 distingue as entidades patronais das trabalhistas, colocando a obrigatoriedade da filiação aos sindicatos para os trabalhadores urbanos. Todas as associações deveriam ser registradas e aprovadas pelo Ministério do Trabalho, que começaria a fiscalizar as finanças das entidades alguns anos mais tarde; para além disso, seria eliminada a pluralidade sindical, ou seja, a possibilidade de mais de um sindicato por categoria profissional atuar em um mesmo território — como acontecia, por exemplo, durante as décadas anteriores. Os sindicatos que não ingressavam na oficialidade, principalmente aqueles que eram dirigidos por anarquistas, ou foram eliminados pela repressão ou se enfraqueceram, pouco a pouco, diante do avanço das novas entidades oficiais:

A partir de então, centenas de sindicatos oficiais são — criados — com a intenção clara de fazer crer que a história do sindicalismo começa ali. Em 1932, são criadas as juntas de conciliação para atender às reclamações somente dos sindicalizados. Com isso, abalava a força da luta coletiva, estabelecendo a individualidade das reivindicações. Apesar dessas manobras, parte do sindicalismo resistiu até 1934. Coexistiam os sindicatos oficiais e os sindicatos livres.

Em 1934, Vargas concede férias aos trabalhadores da indústria que forem sindicalizados, golpeando, ainda mais, os sindicatos livres já enfraquecidos. Todo esse aparato, inicialmente não impede a luta dos trabalhadores. Entre 1930 e 1932, centenas de greves agitaram a Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. A repressão policial é intensa e sanguinária (ROSSI; GERAB, 2009, p. 21).

Com a promulgação da Constituição de 1934, que detinha um forte viés liberal diversos avanços sociais, políticos e civis foram conquistados, e isso se refletiu na própria

⁷ A Carteira de Trabalho e Previdência Social foi criada em 1932 pelo governo varguista sob forte inspiração dos ideais do fascismo italiano, que tinha a sua Carta del Lavoro com quase os mesmos objetivos de não apenas servir como um documento de registro trabalhista, mas também como registro de conduta e moral civil. Antes da Carteira de Trabalho, o único documento existente no sentido de fiscalização e registro trabalhista era a Carteira do Trabalhador Agrícola, facilmente manipulada e alterada, de uso exclusivo para fins contábeis para os registros dos empregos pelos empregadores rurais.

atuação do sindicalismo. A revisão da legislação sindical, iniciada no ano de 1932, apontava novos rumos às organizações coletivas — agora com a possibilidade de novamente se ter a pluralidade de sindicatos atuando em um mesmo território, e suas autonomias administrativa, política e financeira. Esse alargamento da liberdade de ação e a possibilidade de atuação política do sindicalismo, porém, duraria por pouco tempo.

Em 1937, com uma nova Constituição, outorgada por Getúlio, desta vez com forte viés autoritário, a atuação sindical sofreria sérios impactos. Os sindicatos seriam apenas mediadores das demandas dos trabalhadores e do seu acesso aos direitos sociais, podendo, assim, sofrer intervenção em suas diretorias em caso de desobediência. As entidades sindicais teriam os seus objetivos pautados exclusivamente na representação e na fiscalização da vida dos seus trabalhadores associados, além de também ganharem forma em todas as localidades do país — passando a ser intimamente supervisionados pelo Ministério do Trabalho, seguindo um modelo orgânico corporativo.

O modelo orgânico imposto pela Constituição de 1937 apontava a verticalização e a unicidade sindical. Em 1939 seria criado o imposto compulsório como forma de financiamento de toda essa estrutura corporativa. Boito Jr. (1991) aponta que esse modelo de sindicalismo adotado pelo governo varguista, ainda com vestígios na atualidade, baseia-se na investidura sindical:

A investidura sindical, que se consuma na concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento ou carta sindical, é a característica fundamental, e por isso invariante, do sindicato de Estado. Todas as demais características do sindicato de Estado dependem desse elemento essencial, são decorrências necessárias ou possíveis da investidura sindical. Daí que, se fosse abolida a investidura, todo o restante do edifício da estrutura sindical seria, obrigatória e simultaneamente, extinto (BOITO JR., 1991, p. 27)

A verticalização sindical pressupõe que acima dos sindicatos oficiais, que podem ser municipais ou regionais, atuem as federações estaduais e acima delas as confederações nacionais daquele ramo de produção e categoria de trabalhadores em específico. A unicidade sindical, que é diferente da unidade sindical, pressupõe a necessidade de que haja apenas um único sindicato de determinada categoria de trabalhadores atuando em um dado território — a unidade sindical, por outro lado, é a condição concreta de apenas um único sindicato estar atuando em dado território.

A unicidade sindical não gera autonomia (BOITO JR, 1991), sendo o elemento principal da estrutura corporativa brasileira, ela impossibilita a concorrência da atuação política e representativa. A autonomia sindical, portanto, está para além do movimento

sindical ser ou não perseguido, censurado, criminalizado ou explicitamente controlado — diz respeito à não estar nas mãos do Estado.

Para que haja unicidade sindical é necessário que o sindicato *seja oficial e subordinado* a algum ramo do aparelho de Estado, o ramo incumbido de deliberar qual é o único sindicato que representa um determinado segmento de trabalhadores. Dito de outro modo, a unicidade sindical é incompatível com a autonomia dos sindicatos diante do Estado. Essa autonomia pressupõe a plena liberdade para formação de sindicatos, isto é, o *direito ao irrestrito pluralismo sindical* (BOITO JR., 1991, p. 29, grifos do autor)

Os sindicatos no final do governo varguista, e sobretudo durante a ditadura do Estado Novo (1937-1946), não apresentaram grandes movimentações junto à sua base e tinham como tarefa vigiar os trabalhadores dentro e fora dos seus ambientes de trabalho. Suas sedes eram locais esvaziados de discussão e mobilização política, e as direções sindicais poderiam sofrer intervenções em casos de subversão da ordem.

Uma caracterização do movimento operário e sindical entre 1945 e 1964 tem de partir de uma periodização das diferentes conjunturas, levando em conta: a expansão da atividade sindical; as relações com o Estado e os diversos partidos políticos; as greves e o grau de adequação ou confrontação com a estrutura sindical oficial. Assim, para tratar do período em questão, é necessário atentar para as especificidades de quatro conjunturas distintas: a da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947-1950); a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e primeiros anos do governo JK) e a conjuntura de grandes mobilizações no início dos anos de 1960 (ROSSI; GERAB, 2009, p. 78).

Entre a morte de Vargas e o início da ditadura militar, o governo que mais marcou positivamente o movimento sindical foi o de João Goulart (Jango), justamente pelas entidades sindicais poderem gozar de maior liberdade administrativa, política e financeira — ainda que nos moldes previstos pelo sindicalismo de Estado, que não fora superado nem mesmo durante este período. Ex-ministro do Trabalho durante o governo varguista, Jango (PTB) assumiu o cargo da Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros (PTN). O novo presidente tinha forte diálogo junto aos movimentos populares e sindical, e impulsionou diversos avanços sociais naquele período.

Entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical. Vários são os índices dela: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais, são alguns exemplos. Do ponto de vista quantitativo, duas boas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre número de entidades criadas e percentual de trabalhadores filiados (ROSSI; GERAB, 2009, p. 91).

Entre os anos de 1962 e 1964 muitas greves e ameaças de greves foram realizadas pelos trabalhadores como resposta à conjuntura política e econômica brasileira — em geral, contando com o apoio do Ministério do Trabalho e também de grandes companhias estatais, como a Petrobrás. Há de se ressaltar as greves do ano de 1963, que tinham como principais pautas a defesa da implantação das reformas de base⁸. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), os ferroviários, os portuários, os metalúrgicos, e os petroleiros — todos, vale destaque, operários de empresas estatais — estavam sempre entre os principais sustentáculos das greves e movimentações políticas do período; o maior número de greves concentrava-se na região Sudeste, e as greves operárias eram concentradas, sobretudo, no estado de São Paulo. Conforme indica Mattos (2009):

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explicam-se, em grande parte, pelo surgimento das organizações sindicais paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como as comissões sindicais por empresa), intersindicais (como os pactos e as comissões regionais), ou de cúpula (como a CGT), que expressavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940 (MATTOS, 2009, p. 96).

Durante a ditadura militar — que depôs o governo de João Goulart em abril de 1964, e que teria a duração de duas décadas —, as organizações sindicais paralelas foram criminalizadas, e os sindicatos oficiais perderam a possibilidade de realizar formações e mobilizações políticas. As entidades sindicais passaram a adquirir um caráter assistencialista perante a base de trabalhadores representados — sobretudo após o ano de 1968, quando com o endurecimento do regime militar. Este período de censura, perseguição, intervenção e atrocidades civis e políticas, foi à contramão do que se traçava durante o período imediatamente anterior.

O aparelho do sindicato de Estado e a quase totalidade de seus dirigentes propiciou um apoio *ativo* à ditadura. Não através da mobilização de trabalhadores em apoio ao regime, mas sim, através da ação das lideranças sindicais abafando toda e qualquer tentativa de luta dos trabalhadores (BOITO JR., 1991, p. 264, grifo do autor).

⁸ Propostas de forte apelo popular elaboradas por Jango, as reformas de base visavam a redução das desigualdades geradas sociais no campo e nas cidades. Conforme apontado por Gerab e Rossi (2009), destacavam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária, além eleitoral e política que estendia o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas. A ideia de que reformas estruturais eram necessárias ao país vinham desde o início da década de 1950, com inspiração na necessidade brasileira de se romper com a condição do subdesenvolvimento, mas tais propostas só ganhariam força de fato com o governo de Goulart. Junto às reformas, vinham ministérios conduzidos por administradores e intelectuais da época, como Celso Furtado e Darcy Ribeiro.

Conforme já apontado por nós, apesar de manterem intacta a sua estrutura corporativa, os militares reforçaram o caráter assistencialista das entidades sindicais, tomando medidas que fortalecessem a sua dependência com o Estado brasileiro e a colaboração entre as classes — isto é, amortecendo o conflito antagônico entre *trabalho* e *capital*. O assistencialismo é acentuado “com a criação de ambulatórios médicos nos sindicatos, ‘cooperativas’ de consumo para os sindicalizados, com a doação de terrenos para a construção de colônias de férias, além de cooperativas para a aquisição da casa própria” (ROSSI; GERAB, 2009, p. 46).

Rossi e Gerab (2009), apontam que os primeiros novos dirigentes sindicais no pós-golpe foram impostos pelos militares como interventores, portanto, tinham por objetivo a aplicação da nova política governamental. Mattos (2009) afirma que esses interventores não eram figuras distantes do meio sindical: tratava-se, na maioria dos casos, daqueles antigos representantes dos grupos dirigentes, que foram desalojados dos seus cargos de direção sindical por conta das vitórias eleitorais de militantes ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam o golpe de 1964:

[Tais dirigentes] não tardariam, portanto, a se reaglutinar, utilizando a máquina sindical, não para representar dignamente suas categorias, mas para concretizar dois objetivos centrais: apresentarem-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura militar e caçar com esmero seus antigos adversários, agora taxados de perigosos e subversivos (MATTOS, 2009, p. 103)

A Lei 4.330, promulgada logo no ano de 1964, reforçaria a proibição das greves. Naquele período as assembleias sindicais contavam costumeiramente com agentes policiais à paisana, porém armados: —Os contestadores dessa política alienante eram entregues à repressão. Prisão, torturas e mortes foram uma tônica da ditadura militar (ROSSI; GERAB, 2009, p. 46). Entre os anos de 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e perseguições aos militantes que eram mais conhecidos durante o período anterior.

Mattos (2009) aponta que somente em 1967 seriam permitidas as primeiras eleições sindicais, onde qualquer candidato deveria passar pelo crivo do Ministério do Trabalho, que controlava financeira e administrativamente os sindicatos: “Apesar do controle das candidaturas, em alguns sindicatos, assumiram a direção militantes pouco conhecidos, mas identificados com as comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) e com os partidos de esquerda” (MATTOS, 2009, p. 102).

Em 1968, no mesmo ano em que houve enrijecimento do regime militar, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com o objetivo de acabar com a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, assim acumulando o dinheiro das indenizações nas mãos do Estado brasileiro. Os reajustes salariais realizados naquele período eram concedidos por meio de cálculos subestimados, feitos pelo governo, gerando arrocho salarial e elevando consideravelmente o custo de vida dos trabalhadores. Mattos (2009) reforça que a repressão aos sindicatos elucidaria o caráter da ditadura instalada pelos militares:

A articulação dos militares com os empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental (MATTOS, 2009, p. 101).

Mattos (2009) aponta que o impacto do golpe sobre os sindicatos “foi violentíssimo”, e que mais de uma década seria necessária para que houvesse uma retomada efetiva de mobilizações dos trabalhadores culminando em jornadas grevistas. Somente nos últimos anos da década de 1970 e início da década de 1980, que o movimento sindical brasileiro experimentaria uma fase de maior liberdade de sua atuação política — e, diante desta afirmação, fazemos a importante ressalva de que tal —liberdade ainda seria nos marcos do sindicalismo de Estado, portanto, não sendo total e generalizada. O fortalecimento do movimento sindical, vindo por pressões da sua própria base representada, acaba por se confundir com o próprio processo da reabertura democrática e do conseqüente desgaste do regime ditatorial.

A partir de 1970, o governo esforçou-se por revalorizar os sindicatos, mas apenas como órgãos integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social. Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as —conquistas do regime militar. Os trabalhadores, porém, não se calaram. De forma muitas vezes clandestina, organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em movimentos por empresa, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical. Foi também a fase das explosões violentas de revolta contra as condições de vida no meio urbano, com destaque para os quebra-quebras de trens nas áreas periféricas do Rio de Janeiro e São Paulo. O ano de 1978 inaugurou, com a onda de greves detonada a partir do ABC Paulista, uma outra fase de afirmação das organizações coletivas dos trabalhadores no cenário político e social, iniciando uma nova etapa nas relações de trabalho e na dinâmica da política brasileira (MATTOS, 2009, p. 102-103).

Em um processo duplo e conjunto, por um lado a flexibilização do regime militar permitiria que novos quadros sindicais fossem forjados à luta e tivessem maior diálogo com a sua base representada. Isto se dava tanto na construção das ainda ilegais mobilizações, que iriam pipocar no mapa brasileiro visando o avanço dos direitos dos trabalhadores, como também por meio da politização da base representada ao se priorizar as discussões das demandas mais concretas e latentes do seu cotidiano. Ao mesmo passo, o engajamento do movimento sindical junto à base representada iria desaguar-se num maior desejo pela própria autonomia política: é neste impulso que, associado às mais diversas iniciativas populares que emergiam no ambiente urbano e rural — e que denunciavam as desigualdades sociais e as injustiças políticas, buscando maiores avanços nos direitos —, que o movimento sindical se tornaria protagonista de um novo cenário político. Um cenário com novos personagens entrando em cena, conforme expressão utilizada por Sader (1988), de novos movimentos sociais e um novo sindicalismo com concepções políticas e práticas inovadoras.

Os novos movimentos sociais que surgiram no processo de reabertura democrática seriam projetados para os enfrentamentos decisivos daquela conjuntura, quando ainda mal se haviam constituído enquanto sujeitos políticos. O cenário que estavam colocados era crucial, e as bandeiras pela agilidade do processo de reabertura democrática, e, depois, por eleições diretas, forçava o corpo dos novos movimentos sociais a fortalecer-se e multiplicar-se por conta da urgência das pautas: o ritmo de suas histórias, porém, não era o mesmo que o da política instituída — sendo ela quem acabou por fixar as datas (SADER, 1988).

A proposta do novo sindicalismo é produzida e reproduzida no efetivo acontecer das inúmeras manifestações que eclodem em várias cidades brasileiras no final da década de 1970 (BLASS, 1999). Enquanto digressão necessária, cabe dizer que o novo sindicalismo foi um movimento histórico que marcou a sociedade e que se caracterizou principalmente pelo desejo de desatrelar o movimento sindical das mãos dos patrões e também do próprio Estado, além da luta pelo fim do imposto sindical e pela construção de uma estruturação de base política, combativa e classista.

A flexibilização política, que é fruto da crise do regime ditatorial dos militares, só pode ser compreendida a fundo se também levarmos em conta os fatores econômicos da época. Segundo Mattos (2009), por volta da década de 1970 foi inaugurada, no plano

político, uma fase fortemente marcada pela violência e pela repressão às oposições políticas do regime militar, em especial aos grupos de esquerda que optaram pelo caminho da luta armada — siglas como a ALN, VPR, VAR-Palmares, MR8, Molipo, PCBR e Colina (ROSSI; GERAB, 2009). No plano econômico, os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelos altos índices de crescimento, caracterizando aquilo que na ditadura foi apelidado por —milagre econômico

As bases do milagre se assentariam sobre a recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, gerando maior concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos (de capital estrangeiro, em especial) e do sistema financeiro; e sobre a retomada dos investimentos públicos em grandes obras indutoras de atividades econômicas. Capitalizando-se por meio do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional, o Estado impulsionava o desenvolvimento econômico investindo em infraestrutura e subsidiando as empresas privadas por meio da produção de insumos a baixo custo nas estatais. Mas, além disso, o —milagre tinha outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam em muito a lucratividade do capital (MATTOS, 2009, p. 109).

Mattos (2009) aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu anualmente a taxas superiores a 10% na maior parte do período entre 1968 a 1976, chegando ao recorde de 14% de variação anual em 1974. Os trabalhadores, conforme já apontado, não usufruíam desse crescimento: “o milagre fez dos ricos mais ricos e, por consequência, os pobres cada vez mais pobres” (MATTOS, 2009, p. 110). Em 1960, os 50% mais pobres da população brasileira ficavam com apenas 17,7% da renda nacional, mas em 1980 estavam em situação ainda pior: dispunham de apenas 13,5% da renda. Os 5% mais ricos da população, por outro lado, passaram de 27,7% da renda de que se apropriavam em 1960, para 34,7% da renda nacional em 1980. Rossi e Gerab (2009) informam que no período do milagre econômico os trabalhadores do campo foram “incentivados” a migrar para as grandes capitais, já que as modernas multinacionais precisavam de muita mão de obra. “Milhões vieram pela propaganda, outros migraram porque os bois dos latifundiários invadiram suas terras e outros, ainda, porque foram expulsos pela força das armas” (ROSSI; GERAB, 2009, p. 52). Esses imigrantes formaram o grande exército de reserva de mão de obra barata, estratégia patronal que funciona como fonte do arrocho salarial e da pobreza.

Quanto ao país, este estava cada vez mais endividado. Em 1964, a ditadura iniciou-se com uma dívida de cerca de 5 bilhões de dólares. Em 1975, com o milagre já mostrando seus limites, a dívida externa já se havia multiplicado por cinco, batendo a casa dos 20 bilhões de dólares. Dez anos depois, com a alta

dos juros e os novos empréstimos, seu valor já chegava bem perto dos 100 bilhões de dólares.

A dívida é fundamental para entendermos a crise do —milagre!. As taxas de crescimento anual do PIB caíram na segunda metade dos anos 1970 e a década de 1980 iniciou com recessão. Em 1982, o crescimento do PIB desceu a níveis mais baixos que os do período anterior ao golpe registrando-se uma taxa de 1,1% (MATTOS, 2009, p. 110).

O autor ainda afirma:

Ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a multiplicação das dissidências no interior do próprio bloco no poder, os governos militares iniciaram uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente, na forma das medidas —liberalizantes!, com o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária (MATTOS, 2009, p. 117).

O quinto Ato Institucional (AI) era uma normativa dos militares promulgada em 1968, durante o auge das primeiras grandes mobilizações estudantis, populares e sindicais contra a ditadura. Rossi e Gerab (2009, p. 52) ressaltam que o AI-5 suspendeu os direitos dos cidadãos opositores ao regime, bem como permitiu a invasão de suas residências por militares, que efetuavam prisões, espancamentos, torturas, e, por vezes, também assassinatos políticos.

A anistia era uma pauta que mobilizava amplos setores da sociedade civil, conforme apontado por Sader (1988, p. 198), como o movimento pela libertação de mulheres, feministas, movimento negro, movimento contra a carestia, etc. Tal pauta ainda aglutinava demandas como o fim da Lei de Segurança Nacional, o fim da censura, a liberdade partidária, o fim do regime militar etc. Mattos (2009) salienta que se por um lado a anistia beneficiou aqueles que eram perseguidos pela ditadura — depois de 1964, mas sobretudo a partir de 1968, até 1979 —, por outro lado também beneficiou aqueles que serviram à repressão, ou seja, os torturadores e os assassinos dos supostos subversivos à ordem, opositores ao regime dos militares.

1.2. Considerações sobre as organizações sindicais e o novo sindicalismo

Para além das novas práticas e ideias junto à base do movimento sindical durante a década de 1970, as transformações internas nas entidades sindicais vinham ou por meio de uma base descontente — que começava a se organizar enquanto oposição e assim disputar os cargos de direções para uma estratégia de orientação mais combativa —, ou então pelas próprias direções das entidades sindicais existentes — que buscavam abafar as possíveis mobilizações de sua base descontente. O novo sindicalismo surge como um

movimento que buscava superar as velhas estruturas que culminaram numa situação de esvaziamento e perda de representatividade destas entidades, —estimulando e assumindo as lutas reivindicativas de seus representados‖ (SADER, 1988, p. 180).

Podemos apontar como episódio marcante do início do novo sindicalismo a greve realizada pelos trabalhadores de São Bernardo do Campo (SP) na Scania, fábrica sueca de caminhões, quando na troca de turnos do dia 12 de maio de 1978 — os metalúrgicos entraram em seus turnos e foram convencidos por suas direções sindicais à cruzarem os seus braços e assim impedir a continuidade da produção fabril. Com a duração de poucos dias, mas com efeito político que se alastraria da região do ABC Paulista para o restante do estado e do país — ganhando corpo, inclusive, entre outras categorias profissionais, por meio de novas pautas corporativas e ideológicas —, os trabalhadores da Scania paralisaram as suas atividades em decorrência de um aumento salarial prometido e não realizado por parte de sua federação oficial⁹.

Os trabalhadores da Scania, então liderados pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio (Lula) da Silva, pararam o seu serviço por descontentamento com a federação oficial e por pressão pelo aumento salarial desejado. Aquela luta seria a pioneira de um ciclo de greves que comporia o período no ABC Paulista — alastrando-se da Scania para outras grandes indústrias do setor, como a Ford, Mercedes, Chrysler, Forjaria São Bernardo, Brastemp, Volkswagen e Villares. As greves, por fim, avançariam pela capital e pelo interior do estado São Paulo, totalizando, naquele mesmo ano, entre os meses de maio e agosto, negociações em 132 indústrias.

As greves que abriram o ciclo de 1978 foram organizadas e dirigidas fora do sindicato oficial. Foram, em sua quase totalidade, greves vitoriosas. Obtiveram reajustes salariais significativos e tornaram irreversível a crise do regime militar. O fato dessas greves ocorrerem fora do sindicato oficial contribuiu, de modo decisivo, para a sua vitória. Em primeiro lugar, as greves puderam desrespeitar o calendário de datas base ao qual se sujeitam as diretorias dos sindicatos oficiais. Foram desencadeadas, então, no momento percebido como conveniente pelos operários e ocorreram; simultaneamente, na cidade de São Paulo e no ABC. Esse fato foi muito importante para a vitória das greves. A sua simultaneidade atemorizou a burguesia (BOITO JR., 1991, p. 267).

Adiantamos que, apesar dos ideais e práticas combativas — de crítica e de ação por fora da estrutura sindical oficial — aquele forte movimento dos trabalhadores do final

⁹ A federação oficial dos metalúrgicos do estado de São Paulo, após negociar com a classe patronal representando as decisões e os debates realizados junto ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, havia repassado a informação mentirosa de que ocorreria um aumento salarial — que, conforme a própria história demonstrou, não foi constatado no momento em que os metalúrgicos conferiram os seus holerites.

da década de 1970, iria, tempos depois, se incorporar à estrutura oficial do sindicalismo de Estado, conforme caracterizado por Boito Jr. (1991).

De acordo com Souza e Trópia (2012), os trabalhadores metalúrgicos foram as maiores referências quanto ao nascimento do novo sindicalismo. O ABC era uma região estratégica por ser o polo mais avançado da indústria metalúrgica brasileira: foi responsável por transformar o período e o local em questão no marco mais importante da luta operária do país. Há de se ressaltar que o setor metalúrgico teve um crescimento de sua produção fortemente notável entre a década de 1950 e a década de 1970, tornando-se em 1980 o maior setor de representatividade sindical.

Com as greves do período de 1978 a 1980, o sindicato tornou-se um “espaço público operário” (SADER, 1988, p. 296), onde os metalúrgicos, principalmente os da região do ABC Paulista, constituíram-se como um sujeito coletivo. Isso só foi possível por conta do número de sindicalizados cada vez mais crescente nas empresas — fator que era potencializado por meio da confiança adquirida pelas bases representadas em suas direções sindicais após negociações vitoriosas com o patronato, bem como pela realização de greves e mobilizações trabalhistas com saldos bem-sucedidos.

Conforme apontado por Boito Jr. (1991), no Brasil pós-redemocratização a Constituição em seu plano jurídico é, no tocante à organização sindical, “contraditória”. Este fenômeno se dá porque o texto constitucional estabelece, por um lado, a dependência da estrutura do sindicalismo perante o Estado brasileiro, e, por outro, a sua autonomia de ação. No plano da ação política concreta, segundo o grifo do próprio autor, não há uma contradição, mas uma fatalidade: “a dependência dos sindicatos e só” (BOITO JR., 1991, p. 58), ou seja, não há autonomia plena da ação dos sindicatos, apenas a dependência da estrutura do sindicalismo perante o Estado.

(...) dada a correlação de forças sob a qual serão elaboradas as leis complementares e a legislação ordinária, [enseja] um afrouxamento, senão do controle do Estado, pelo menos do controle do governo sobre os sindicatos oficiais (BOITO JR., 1991, p. 59)

Tal fenômeno materializa-se em todas as realizações ou ensaios de reformas trabalhistas e sindicais no Brasil. Assim como foi durante o período democrático entre o Estado Novo e o golpe militar, o período democrático estabelecido após a Constituição de 1988, minimamente vigente até a posse do governo neofascista atual, é notável que a existência ou não do alargamento da atuação sindical varia de acordo com o grau de

aceitação e de tolerância dos governos brasileiros ao movimento organizado pelos trabalhadores — que, por sua vez, acaba por contar com mais ou menos repressão diante da realização de suas mobilizações massivas e, também, com mais ou menos possibilidade de diálogo direto com o próprio Estado, naquilo que diz respeito à concretização de políticas públicas e avanços sociais.

Conforme ressaltaremos em nosso segundo capítulo, através do controle do Estado — dirigido neste último período por uma agenda governamental comum às frações da burguesia, visando a retomada das taxas de lucro, o ataque aos direitos dos trabalhadores e às suas formas de organização e resistência —, o movimento sindical que já se encontrava com dificuldades de ação diante das crises política e econômica, acaba por também encontrar dificuldades, ainda maiores, ao precisar oferecer respostas aos ataques que se relacionam com a própria estrutura corporativa na qual está inserido.

Um exemplo que elucida a afirmação acima diz respeito ao processo de desindustrialização atrelado à condição de unicidade sindical, fazendo com que os sindicatos de metalúrgicos percam numericamente a sua base de trabalhadores filiados, não podendo representar aqueles sujeitos que, depois da situação de desemprego, passaram a ocupar-se no setor de serviços, muitas das vezes de forma informal e sem possibilidade de representação; outro exemplo, que é uma condição generalizada à todas as categorias e ramos profissionais, diz respeito ao fim do imposto sindical compulsório atrelado à crise econômica, pois se antes o movimento sindical, por quase oito décadas, poderia manter um conjunto de estruturas físicas, investimentos e benesses para poder atuar, diante da recessão econômica acaba por enfrentar uma crise financeira ou buscar alternativas com urgência — alternativas que, conforme veremos, ainda não conseguem contrapor-se à ausência do fim do imposto compulsório.

1.3. A CUT e a FEM-CUT/SP

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC era quem dirigiria o processo de lutas do novo movimento sindical. Esse papel de vanguarda só conseguiu ser garantido por meio de um acordo surgido, pouco tempo antes da greve na Scania, entre os trabalhadores combativos que formavam a chapa de oposição do sindicato junto à sua antiga diretoria pelega — essa ação, justificada como tática necessária para a tomada da direção sindical,

era liderada por aquele metalúrgico que a partir de então tornar-se-ia o novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Lula da Silva.

Daquelas mobilizações que surgiram no ABC Paulista, em maio de 1978, gerou-se a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT, em agosto de 1981. Tudo isso ocorreria em meio ao enfraquecimento do regime militar no qual, por um lado, o ramo metalúrgico veria avançar as suas reivindicações, através da luta organizada, obtendo reposições salariais e manteria a esperança de ver concretizada a redemocratização do país; mas, por outro lado, apesar do amparo e a legitimidade popular, as direções sindicais quando convocavam greves e grandes mobilizações de suas bases representativas junto à sociedade civil de forma mais geral, ainda corriam o risco de perseguição, cassação e prisão.

A principal deliberação da CONCLAT foi no sentido de criar uma comissão responsável pela elaboração de um regimento, bem como em realizar um congresso de fundação, de uma central sindical de caráter nacionalizado, independente e classista, que abarcasse todas as categorias profissionais, dos setores público e privado, do campo e da cidade, visando a construção de pautas sociais, civis e políticas, com a capacidade de influenciar as instituições brasileiras e de representar todos os trabalhadores.

Dois anos depois da CONCLAT, isto é, em 1983, nasceria a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dividindo os sindicalistas que dela faziam parte em dois grandes grupos: o setor mais combativo — no qual os sindicalistas paulistas e sobretudo os metalúrgicos do ABC exerceriam forte influência; sendo ligado aos ideais e práticas do novo sindicalismo quanto à autonomia e autenticidade, com forte relação com os movimentos sociais, buscando o desatrelamento sindical do Estado brasileiro por visar a independência financeira e administrativa —, e, por outro lado, as antigas direções pelegas — ainda herdeiras dos ideais e das práticas do antagônico velho sindicalismo.

A fundação da CUT daria maior materialidade ao novo sindicalismo. O ramo metalúrgico paulista foi o primeiro que ingressou na Central de forma orgânica, consolidando-se enquanto categoria organizada logo no ano de 1986.

Os sindicatos de metalúrgicos paulistas que passariam a vincular-se à CUT, cujas direções, desde o final da década de 1970, vinham sendo tomadas por gestões mais combativas — sejam elas diretamente eleitas pela base, como foi o caso, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, ou indiretamente, como foi o caso do Sindicato

dos Metalúrgicos do ABC, através de composições táticas — passariam a se articular em nível estadualizado, e enquanto a própria entidade não construía um departamento estadual interno que fosse próprio da categoria, esta articulação se daria em um plano informal¹⁰.

O Departamento Estadual dos Sindicatos de Metalúrgicos filiados à CUT do estado de São Paulo foi o primeiro criado pela Central, fundado em 1988 e transformado em Federação Estadual dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT de São Paulo (FEM-CUT/SP) quatro anos mais tarde, quando de seu Congresso de Fundação, no ano de 1992.

O Departamento dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP nasceria com o rompimento formal de seis sindicatos junto à Federação Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo — a federação oficial existente.

O Congresso de fundação da FEM-CUT/SP ocorreu em Santo André (SP), e a primeira diretoria da entidade teve a vigência do seu mandato até o ano de 1995. Segundo informação contida no próprio site da FEM-CUT/SP, no período em questão, isto é, de 1992 a 1995, houve algumas realizações significativas na luta pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores metalúrgicos, destacando-se a realização de diversos seminários sobre a importância do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, as campanhas de luta pela liberdade e autonomia sindical, a implantação da Organização no Local de Trabalho (OLT) nas fábricas e a inclusão de demandas e temas específicos das trabalhadoras metalúrgicas na pauta de reivindicações da campanha salarial de 1994. Para além disso, a entidade conquistou avanços importantes nas cláusulas econômicas e sociais para a categoria metalúrgica.

A mudança de nome, de Departamento para Federação, acompanha uma expectativa de mudança quanto ao caráter de credibilidade e tratamento institucional conferidos às demandas da entidade: passando a ser uma “Federação”, era possibilitado às direções metalúrgicas cutistas que a entidade detivesse o mesmo papel da federação oficial, que representava toda a categoria dos metalúrgicos paulistas, mas que mantinha forte relação com o setor patronal — além do próprio vínculo com o Estado.

¹⁰ A criação de departamentos nacionais e estaduais para todos os ramos de serviço foi deliberada apenas no ano de 1986, durante o 2º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) e esse foi um importante passo para que a Central conseguisse alinhar os discursos e os planos de luta dos sindicatos filiados a ela, representantes das diversas categorias profissionais, assim como unificar as agendas e formas de ação das mesmas categorias.

A FEM visava tornar-se um instrumento político e de oposição institucional: no plano formal, atuava fora da legislação prevista e mesmo assim conquistava vitórias em suas negociações; no plano dos ideais e das práticas políticas, representava a contrariedade àquelas práticas sindicais sem a visão classista e sem o compromisso com as melhorias nas condições de vida e de trabalho de sua base representada. De instância interna à organicidade da Central para uma federação paralela à estrutura sindical, esse conjunto de dirigentes sindicais metalúrgicos materializaria a crítica cutista em relação à estrutura oficial varguista — dando cabo, assim, a todos os debates que envolviam a crítica ao monopólio de representação garantido pela unicidade e pela verticalização sindical, bem como a crítica à inércia política gerada pelo burocratismo.

Até o ano de 2008, a FEM-CUT/SP atuou sem reconhecimento legal, mas com a mesma capacidade e legitimidade política que a federação oficial — que após a criação da Central Força Sindical, passou a ser dirigida e representada por esta entidade, assim como a confederação nacional dos metalúrgicos oficial¹¹.

Foi em 2008, sob o decreto do ex-presidente Lula, que as federações e confederações paralelas, bem como as centrais sindicais, obtiveram reconhecimento legal e passaram a ingressar na estrutura financeira — que, assim como a estrutura de competências administrativas e representativas, faz parte da lógica estrutural do sindicalismo de Estado. A FEM-CUT/SP, que já possuía reconhecimento político real do setor patronal e dos governos, passaria agora a também ter legitimidade jurídica.

Em suas quase três décadas de lutas, histórias e conquistas, a FEM se encontra atualmente com 14 sindicatos filiados e com duas oposições sindicais mantidas no interior do estado de São Paulo¹², representando aproximadamente 200 mil trabalhadores dos setores automotivos, siderúrgico, alumínio, aeroespacial, eletroeletrônico, bens de capital

¹¹ São muitos os relatos recolhidos que afirmam que a FEM, mesmo sem o reconhecimento jurídico, tinha reconhecimento político ante os trabalhadores e patrões. Tais informações foram recolhidas no processo de levantamento e análise documental, bem como de entrevistas para o projeto “Memória FEM-CUT/SP”, cujo produto final é um livro, que se encontra em fase de edição. Esta ação, da qual somos participantes entre o conjunto de pesquisadores, é uma parceria entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a entidade sindical em comemoração dos seus 25 anos de atuação. Para saber mais, acesse: <http://memoria.fem.org.br> (Acessado em 15 de julho de 2019).

¹² Construir as “oposições sindicais” foi uma forma encontrada pelo novo sindicalismo, durante a década de 1990, para poder atuar diante da obrigatoriedade da unicidade sindical. As oposições sindicais são grupos de trabalhadores organizados e sindicalizados, fomentados pela FEM-CUT/SP, discordantes da direção dos sindicatos que os representam. A atual gestão do Sindicato dos Metalúrgicos de Araras é o exemplo mais recente de um grupo de metalúrgicos que conseguiu ser eleito após um longo período de trabalho junto à base enquanto oposição sindical.

e de fundição. A sede da entidade fica localizada em São Bernardo do Campo, e ela representa os seguintes sindicatos: o do ABC Paulista, Araraquara, Araras, Bauru, Cajamar, Itaquaquecetuba, Itu, Matão, Monte Alto, Pindamonhangaba, Salto, São Carlos, Sorocaba e Taubaté.

Acima da FEM, dentro da estrutura cutista, se encontra a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), entidade também criada de forma paralela à estrutura oficial, e que possui 69 sindicatos filiados — integrados a quatro federações estaduais ou interestaduais de trabalhadores do ramo metalúrgico.

A FEM-CUT/SP é fruto dos ideais e práticas que questionavam o velho sindicalismo, sendo criada pela categoria que dirigiu os processos de sua contraposição. Conclui-se, portanto, que ao falarmos em representação dos sindicatos de metalúrgicos cutistas no estado de São Paulo, assim como sobre os frutos das greves do novo sindicalismo, direta ou indiretamente falamos da FEM-CUT/SP. A concepção e ideologia da Federação, mesmo enquanto ainda era “Departamento”, e os seus objetivos e formas de luta classista e combativa, se vinculam aos sindicatos, aos sindicalistas e à base de trabalhadores que foram vanguarda do novo sindicalismo brasileiro, quando no final da ditadura militar e no início do processo de redemocratização brasileira. Esses mesmos agentes políticos, pouco tempo depois, passaram a também liderar os processos de mobilização que se seguiriam durante a década de 1990 — em que as medidas neoliberais vigoraram no Brasil pela primeira vez.

CAPÍTULO 2. ADVERSIDADES E DESAFIOS: SINDICALISMO EM TEMPOS DE CRISE

Neste capítulo qualificamos o nosso problema de pesquisa descrevendo o cenário da crise econômica internacional e os seus impactos no solo brasileiro, bem como o cenário da crise política vivenciada no Brasil e os efeitos econômicos, sociais e políticos, no que tange o sindicalismo, gerados pelos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas.

Caracterizamos os efeitos da crise econômica por meio do levantamento documental acerca da realidade da indústria nacional, bem como de dados estatísticos e socioeconômicos realizados no recente período. A definição da crise política brasileira encontra amparo por meio do levantamento, seleção e análise bibliográfica. Também nos utilizamos do levantamento de dados secundários, como recortes de notícias de agências de informação.

2.1. Adversidades econômicas e cenário industrial

Segundo os dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o DIEESE (2019a), as principais economias do mundo encontram-se em estado de desaceleração do crescimento. Alguns exemplos são os Estados Unidos da América (EUA), com a previsão de crescimento econômico de 2,3% para 2019, contra 2,9% em 2018; a área do euro, com previsão de apenas 1,3% para 2019, contra 1,8% registrado em 2018; a China, com previsão de 6,3% — considerado baixo para os índices do país asiático; e a Argentina, principal destino de exportação brasileira na América Latina, mantendo-se em quadro recessivo — com a previsão de retração de -1,2% para o corrente ano.

O movimento de desaceleração nessas economias tem potencial para impactar negativamente o Brasil em diversas frentes, principalmente com a redução do saldo comercial (menos exportações a esses países ou ainda aumento de importações por conta de guerra comercial) e das instabilidades cambiais (DIEESE, 2019a, p. 2).

Por meio dos dados sistematizados pelo Focus Relatório de Mercado, publicado pelo Banco Central do Brasil, o Departamento Intersindical aponta que os principais indicadores macroeconômicos demonstram que, desde o final do ano de 2017, a economia brasileira não consegue nem se acelerar de forma consistente e nem mesmo retrair-se — como se estivesse —caminhando de lado ao longo do tempo. Somente para os primeiros

seis meses de 2019, o DIEESE diagnosticava que as expectativas do mercado teriam se reduzido: “Se em meados de janeiro a expectativa de crescimento era de 2,53%, em abril, já estava em 1,71%. Em maio já caiu duas vezes: primeiro, para 1,45%, e depois para 1,24%” (DIEESE, 2019a, p. 4). Segundo os dados fornecidos pelo Departamento, não há indícios de que o Brasil apresentará crescimento muito acima do que aquilo que têm sido registrado nos dois últimos anos — 2017 e 2018 —, ao contrário: algumas previsões estatísticas já sugerem que o Produto Interno Bruto (PIB), índice que mede o crescimento produtivo do país, poderá aproximar-se mais de 0 do que de 1%. Isso porque

(...) nenhum setor econômico conseguiu engatar recuperação sólida. Ainda que tenham apresentado resultados positivos no início de 2018, em cima de uma base muito baixa de comparação, houve desaceleração na produção industrial e das vendas do comércio. Os níveis desses indicadores estão praticamente estagnados desde então. A formação bruta de capital fixo, uma —proxyl do nível de investimento, encerrou 2018 em um patamar 27% abaixo do auge, verificado em 2013 (DIEESE, 2019a, p. 4).

O ramo metalúrgico é ligado ao setor da indústria de transformação, que é definido pelas atividades que envolvem a transformação física, química e biológica dos materiais. Cardoso (2015) aponta que tudo o que é transformado nesse setor são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. Para além disso, compreende uma divisão muito heterogênea”, sendo encontrada ao longo das diversas cadeias produtivas dos demais setores da economia.

Os serviços industriais constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens e exigem equipamentos, técnicas e habilidades específicas, características do processo industrial, e tanto podem ser realizadas em unidades integradas como em unidades especializadas (CARDOSO, 2015, p. 20)

Sabe-se que o ramo metalúrgico, apesar de estar dividido em todas as unidades da federação, encontra-se com a sua maior base de trabalhadores em municípios paulistas:

(...) o mapa do mercado de trabalho metalúrgico continua revelando a concentração estrutural da atividade na região Sudeste: 62,4% de todos/as metalúrgicos/as estavam na região, sendo que só o estado de São Paulo responde por 43,5% dos postos de trabalho no ramo (CARDOSO, 2015, p. 28)

Conforme apontado pela Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo, por meio de um levantamento de dados feito no ano de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o estado de São Paulo concentra 36% da produção industrial brasileira, 12% da renda agrícola do país e 33,5% das receitas geradas no setor de serviços no Brasil. A indústria paulista pode ser considerada a mais moderna

e diversificada da América Latina, apoiando-se numa robusta base tecnológica, gerando produtos com alto valor agregado em diversos setores econômicos.

Em que pese todo esse dinamismo, um fato preocupante é que, não apenas São Paulo, mas todo o país passa por um processo de desindustrialização que, de certa maneira, é resultado de dois fenômenos. Ocorre tanto por conta de uma reorganização das plantas descentralizadas, impulsionada por empresas internacionais — fator de menor medida, no qual as novas concepções de tecnologia e a reorganização do trabalho impõem rearranjos geográficos internacionais; como também por conta da retração econômica — fator de maior medida, ocasionada pela crise internacional.

A citação seguinte é uma notícia publicada no dia 3 de agosto de 2019, na qual a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que a produção industrial do país caiu 0,3% no mês de julho, “terceiro mês negativo seguido”:

A produção da indústria nacional caiu 0,3% em julho, na comparação com junho, acumulando -1,7% no ano. É o terceiro mês negativo seguido, após quedas em maio e junho. Frente a julho de 2018, o resultado foi de -2,5% e, em 12 meses, de -1,3%. Os resultados são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada hoje pelo IBGE (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE, 2019a)

Analisando o conteúdo da matéria na plataforma da Agência de Notícias do IBGE, é possível notar que os momentos de queda da produção industrial geral do país também apresentam quedas na indústria paulista, sendo que em poucos desses momentos de quedas os índices registrados pela indústria paulista superaram os índices da indústria geral. Dados mais atualizados, disponibilizados pela Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE, demonstram que a indústria em nível geral brasileira teve uma variação mensal de 0,3% em setembro de 2019, sendo que a indústria em nível geral paulista teve uma variação de -1,4%.

Em 8 de novembro do corrente ano, a Agência de Notícias do IBGE publicou uma matéria intitulada ‘Em setembro, indústria cresce em dez dos 15 locais pesquisados’, apontando que

na série com ajuste sazonal, dez dos 15 locais pesquisados mostraram taxas positivas, acompanhando o crescimento (0,3%) da indústria nacional. Bahia (4,3%), Região Nordeste (3,3%) e Rio Grande do Sul (2,9%) registraram os avanços mais acentuados. Por outro lado, Pará (-8,3%) apontou o recuo mais elevado nesse mês, eliminando, dessa forma, o crescimento verificado em agosto último (8,2%). Na comparação com setembro de 2018, o setor industrial registra crescimento de 1,1%, com seis dos quinze locais pesquisados apontando resultados positivos. O indicador acumulado nos últimos doze meses, mostra recuo de 1,4% em setembro, com 9 dos 15 locais pesquisados registrando taxas negativas (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE, 2019b).

Os índices registrados pelo Instituto demonstram que no mês de setembro, em comparação ao mês de agosto de 2019, o estado de São Paulo registrou -1,4%. Na comparação do mês de setembro de 2019 com o mesmo mês no ano anterior, houve uma variação positiva, de crescimento de 3,6%. O acumulado de janeiro a setembro foi de -0,1%, e o acumulado nos últimos doze meses de -1,1%. A Agência Brasil (LISBOA, 2019), noticia que

O Sudeste, São Paulo e o Rio de Janeiro tiveram recuos no setor em setembro. A indústria paulista caiu 1,4%, enquanto a fluminense, 0,6%. Minas Gerais e o Espírito Santo, por outro lado, tiveram altas de 2,4% e 2,5%, respectivamente (LISBOA, 2019).

O DIEESE (2019b) aponta que houve um aumento considerável dos preços dos produtos monitorados ainda neste cenário de queda produtiva da indústria. Do recente período, destaca-se o aumento de 12% dos preços em meados de 2018, comparado aos doze meses imediatamente anteriores, e, no momento mais recente, uma alta de 6%.

Se por um lado o cenário previsto é de estabilidade aos índices de desalentados¹³ — isto é, a situação na qual os sujeitos que estão fora da força de trabalho, mesmo em condições de disponibilidade para assumir um posto, não tomam providência para obtê-lo por, por exemplo, a falta de oportunidade adequada, falta de experiência ou de qualificação profissional —, por outro há um crescimento no número de ocupações.

O aumento recente da ocupação deu-se através do crescimento da subocupação, da informalidade e das novas modalidades precárias de trabalho, permitidas com a Reforma Trabalhista, de Michel Temer (MDB), aprovada em 2017 — que junto a uma série de outras mudanças legislativas e de ajustes fiscais compõe o agravamento da crise vivida no país no pós-golpe de 2016.

Na dimensão Inserção Ocupacional, o resultado foi reflexo principalmente da elevação da ocupação precária no período e da redução na proporção de contribuintes à previdência social. A dimensão Rendimento foi impactada pela piora da desigualdade de renda, enquanto o rendimento médio real ficou praticamente estável. Já na dimensão Desocupação, houve pequena queda na taxa de desocupação, mas aumentou a proporção daqueles com mais tempo à procura de trabalho (DIEESE, 2019b, p. 2).

Segundo o DIEESE, a avaliação de que o mercado de trabalho se encontra em “estado de espera”, entretanto, em situação mais precária — fator que é notado por meio do aumento

¹³ Segundo dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o PNADc, do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, o IBGE, no mês de março, do corrente ano, os desalentados representaram 26,6% das pessoas que não trabalhavam e estavam disponíveis para trabalhar.

da situação de desalentados — reforça-se com os dados do Índice da Condição de Trabalho, o ICT, medido por essa mesma instituição, que demonstra variações próximas ao grau de estabilidade nos últimos trimestres¹⁴:

Enquanto a taxa agregada da desocupação com desalento ajustada sazonalmente se mantém relativamente estável, a abertura de postos de trabalho precários e o aumento da desigualdade salarial deixam o ICT-DIEESE nos menores patamares da série histórica (DIEESE, 2019a, p. 7).

Da série apresentada no documento (DIEESE, 2019a), que vai do primeiro trimestre de 2012 ao quarto trimestre de 2018, a primeira queda se dá no segundo trimestre de 2014 — após o maior índice do período, com valor próximo à 0,70 — e, após um cenário de novas quedas e superações, a partir do ano de 2015 os índices só apresentam valores mais baixos, agravando-se no ano de 2016 e atingindo o seu menor nível no terceiro trimestre de 2018 — quando o índice apontava um valor próximo à 0,35. Nota-se, portanto, que os valores abaixo de 0,50, representando a abertura de postos de trabalho precários e o aumento da desigualdade salarial, coincidem com o auge da crise política brasileira que resulta no golpe de 2016 — e que o índice abaixa ao longo dos anos, na medida em que a retirada de direitos trabalhistas, principal fruto do golpe, se materializa.

Uma atualização dos resultados do ICT-DIEESE sintetiza que no segundo trimestre de 2019 houve uma piora na condição do trabalho em relação aos três primeiros meses do ano, e que apesar do aumento da ocupação no período, a inserção dos trabalhadores “ocorreu em condições mais precárias, com menos contribuições à previdência social e rendimentos mais baixos”:

Na comparação interanual, os resultados mostram que a condição do trabalho também piorou no período analisado, atingindo o menor valor do ICTDIEESE para os segundos trimestres, desde o início da série histórica. A economia brasileira está quase estagnada e deve crescer este ano menos do que em 2018, o que afeta o mercado de trabalho. A abertura de postos de trabalho tem se mostrado insuficiente e em condições precárias, com rendimentos inferiores. Assim, embora haja aumento da ocupação, o ICTDIEESE mostra que não há melhoras na condição do trabalho no Brasil (DIEESE, 2019b, p. 2).

O DIEESE (2019c) aponta que o crescimento da precarização do mercado de trabalho é reflexo de três motivos. O primeiro deles, a redução dos direitos com a reforma trabalhista de 2017; o segundo, do fraco desempenho da atividade econômica,

¹⁴ O ICT-DIEESE sintetiza diversos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, variando entre 0 e 1 — onde os resultados que tendem ao menor valor indicam uma situação ou tendência de piora na qualidade das condições de trabalho.

incapaz de gerar quantidade suficiente de postos de trabalho adequados e que atendam aos anseios dos trabalhadores, principalmente no que se refere à remuneração; o terceiro, da falta de políticas públicas ativas de proteção ao desempregado e de geração de empregos de qualidade.

2.2. Adversidades políticas e retirada de direitos

O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), colocou fim à era do neodesenvolvimentismo. Conforme ressalta Singer (2018, p. 10), sob a argumentação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), —atribuiu-se à edição de decretos de créditos suplementares assinados pela presidente, e a atrasos no pagamento do Tesouro ao Banco do Brasil, que ela nunca assinou, o caráter de crime de responsabilidade.

Uma análise de viés crítico a este fato histórico recorrentemente o denomina por “golpe”. Nos vinculamos ao uso deste termo por analisarmos, justamente, o caráter político, midiático e extrajurídico do processo que levou ao impeachment da ex-presidente, cujo maior exemplo são os discursos que declararam votos favoráveis ao processo, perpassando, em grande parte das vezes, por frases de conotação moral dos congressistas, sem amparo jurídico algum.

O golpe parlamentar realizado em 2016 encerrou a vigência do projeto neodesenvolvimentista aplicado no Brasil¹⁵. O neodesenvolvimentismo, segundo Boito Jr. (2014), é caracterizado como um programa que visa o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com algumas formas de transferência de renda e avanços nos direitos sociais, “embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal, ainda vigente no país” (BOITO JR., 2014, p. 105). O neodesenvolvimentismo era sustentado por uma ampla frente de classes e frações de classes: a grande burguesia interna era a força dirigente de tal frente, e junto a ela também integravam setores populares e da classe trabalhadora, como é o caso do operariado e do campesinato — e de tais setores, inclusive, alguns dos seus próprios instrumentos representativos e coletivos, que encampavam a defesa e a manutenção de tal projeto durante o período de

¹⁵ Em maio de 2016, Dilma é afastada do seu cargo sob a acusação do crime de responsabilidade fiscal, deixando-o ao seu vice Michel Temer (MDB). Um mês depois, o impedimento de suas funções foi votado na Câmara dos Deputados, em uma sessão de quase dez horas, onde a ex-presidente e a sua base aliada perderam por 367 dos 513 votos. O fim do processo só se daria no mês de agosto daquele ano, em uma votação realizada no Senado Federal — cuja sessão teve a duração de quase treze horas, onde por 61 a 20 votos foi aprovado, finalmente, o impeachment da ex-presidente.

sua vigência, como é o caso da CUT. O ex-metalúrgico e sindicalista, Lula, e a economista e exministra de Minas e Energia e da Casa Civil, Dilma Rousseff governaram o país, sob os marcos do neodesenvolvimentismo, por 13 anos, em três mandatos e meio, vencendo quatro eleições consecutivas.

A despeito desses limites, a maior parte do movimento sindical assumiu uma posição política de apoio aos governos de Lula e Dilma, o que, a nosso ver, levou a uma moderação da luta política. Essa moderação reside no fato de que as centrais sindicais não questionavam o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, mas, antes, buscavam o seu aperfeiçoamento (GALVÃO; MARCELINO, 2017, p. 5).

O neodesenvolvimentismo surgiu em cena após o período neoliberal, de 1990 e início dos anos 2000, com os governos de Fernando Collor de Mello (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Tal projeto se sustentava na busca, por um lado, do crescimento econômico do capitalismo brasileiro e, por outro, por avanços sociais, sobretudo através da transferência de renda à grande parcela da sociedade. O DIEESE (2019c) informa que durante esse período houve melhoria na qualidade dos vínculos empregatícios, como o aumento da fiscalização e a política de valorização do salário mínimo. Nesse cenário, os jovens exerceram menor pressão sobre o mercado de trabalho, “aproveitando as oportunidades de acesso à educação (via expansão da rede de escolas técnicas e a programas como o Prouni e o Fies), já que a expansão do emprego e dos salários dos adultos sustentava a renda familiar” (DIEESE, 2019c, p. 3).

A crise política vivida no Brasil no contexto do golpe de 2016 é, segundo Boito Jr. (2016), a crise do neodesenvolvimentismo. O autor aponta que foi aberta uma crise de representação, quando a grande burguesia interna deixou de se reconhecer nos governos petistas — que, vale destacar, foram apoiados por esse setor até pelo menos o ano de 2012: “A ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, encontrou, então, caminho mais livre para avançar” (BOITO JR., 2018, p. 294).

O projeto que Temer encampou após o fim do neodesenvolvimentismo não foi o de continuidade ao de Rousseff, mas aquele construído junto aos setores da burguesia que apoiaram e financiaram a sua chegada até a presidência da República através do golpe de 2016. Intitulado “Uma ponte para o futuro”, o documento que traça as linhas do programa de governo se descreve com o intuito de preservar a economia brasileira tornando viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado brasileiro a capacidade de executar

políticas que conseguissem combater a pobreza e que também criassem oportunidades para todos:

Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores. [...] A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino. Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 2).

O golpe e o governo de Michel Temer, inseridos em um contexto de crise econômica internacional, se colocam como elementos centrais da crise política que se seguiria no Brasil. As principais medidas adotadas foram as reformas trabalhista e previdenciária, sendo que a primeira foi aprovada logo no ano de 2016, e a segunda apenas recentemente, em outubro de 2019. Segundo as conclusões de Galvão *et al.* (2017), em um dossiê recentemente publicado pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT/Unicamp), e também conforme a análise descrita pelo sociólogo Krein (2018), que aponta ao mesmo caminho, a reforma trabalhista “trará efeitos nefastos em diferentes aspectos” às classes trabalhadoras brasileiras (GALVÃO *et al.*, 2017, p. 67).

O DIEESE (2019c) aponta que a justificativa do governo e de setores do Congresso Nacional que aprovaram a reforma trabalhista foi de que seriam criados mais de 6 milhões de empregos e haveria promoção da formalização dos trabalhadores, mas que passados dois anos da implantação das medidas, os empregos não foram gerados e o mercado de trabalho continua se deteriorando — com crescentes informalidade e precarização das condições de trabalho — problemas que se agravaram em função justamente da Reforma: —como consequência de toda essa situação, a concentração de renda e a pobreza no país aumentaram (DIEESE, 2019c, p. 3).

Segundo Krein (2018), o trabalho, na era da reconfiguração, da terceirização, da flexibilização e da fragilização da proteção social, esvazia-se ainda mais de sentido à medida em que prevalece uma noção de “labor” — isto é, a ideia de trabalho árduo e pesado, contrapondo-se ao de “opus”. Para o autor, apesar do Brasil não ter vivenciado um período de regulação pública do trabalho, pois mesmo com a existência de uma ampla legislação, as condições objetivas do mercado de trabalho “sempre foram muito

desfavoráveis e flexíveis para os trabalhadores” (KREIN, 2018, p. 99), a atual reforma trabalhista, ou contrarreforma, significa um forte retrocesso social, não preparando o conjunto da classe trabalhadora brasileira para enfrentar os desafios que se impõem ao seu futuro.

Além da desconstrução de direitos, há também uma desestruturação do mercado de trabalho. De um lado há a prevalência “do negociado sobre o legislado”, com subordinação à negociação coletiva e individual, onde é possibilitada a criação de modalidades de contratação precárias, com rebaixamento da remuneração, dificuldade de acesso à seguridade social e ampliação do poder discricionário das empresas. Por outro lado, dissemina-se os contratos atípicos, promovendo a informalidade e a terceirização, além de outras modalidades de ocupação com baixa remuneração.

A descentralização da definição das regras que regem a relação de emprego e o estímulo à negociação no local de trabalho, mediante a regulamentação da representação dos empregados e a introdução da possibilidade de negociação individual, também é um retrocesso, assim como a fragilização das instituições públicas, mediante a redução do papel da Justiça do Trabalho, da fiscalização das normas de proteção ao trabalho, e das restrições do acesso dos trabalhadores à Justiça.

Além de deteriorar as condições de vida e de trabalho — com sérios impactos na saúde dos trabalhadores, devido ao aumento da imprevisibilidade e das incertezas —, a reforma trabalhista ainda prevê a ampliação da vulnerabilidade, sujeitando os brasileiros às oscilações da atividade econômica, incentivando a rotatividade, reforçando o processo de mercantilização da força de trabalho e ampliando a insegurança quanto à jornada, remuneração, aposentadoria etc.

As finanças públicas e as fontes de financiamento da seguridade social também serão comprometidas, na medida em que as mudanças propostas pela reforma — como a disseminação de contratos precários, o rebaixamento da remuneração, além do pagamento de remuneração como não salário — afetam a composição do fundo público. Isto tudo, agrava ainda mais a desestruturação do tecido social: com a ampliação da desigualdade socioeconômica e o fortalecimento da exclusão social — especialmente entre a população mais vulnerável do país, que é constituída por jovens, mulheres, negros e negras.

A reforma trabalhista ainda prevê a fragilização das entidades sindicais, ao

fragmentar ainda mais a classe trabalhadora, esvaziando o papel da negociação coletiva e da homologação das rescisões contratuais e criando barreiras para as suas formas de financiamento. Quanto aos impactos no sindicalismo, Krein (2018) ressalta que a reforma provoca um processo em que, para além de fragmentar a base de representação sindical, impõe a pauta patronal para as negociações, esvaziando o papel político dos sindicatos e admitindo a negociação individual,

(...) o que impõe um imenso desafio aos sindicatos para enfrentar a nova realidade, desafio que somente poderá ser analisado no futuro. Apesar da condição desfavorável, as próximas campanhas salariais serão decisivas para indicar a resistência ou a implementação do conteúdo das mudanças legais. A questão é que a fragilização do movimento sindical não advém somente da reforma, mas há um contexto econômico, político e ideológico desfavorável à ação coletiva no capitalismo contemporâneo que colocou os sindicatos na defensiva e estes perderam força na sociedade (KREIN, 2018, p. 93-94).

Boito Jr. (2017) aponta que diante de ampla e profunda retirada de direitos, os sindicalistas passaram a se mobilizar. Salienta que com “importante colaboração dos movimentos populares, lograram fazer uma greve geral significativa em 28 de abril de 2017”, e acrescenta que, à despeito dessas tentativas de pressão,

A reforma trabalhista, que revoga os pilares do direito do trabalho brasileiro, foi aprovada. Ademais, nem o movimento sindical, nem o movimento popular lograram, até aqui, demonstrar força suficiente para resistir à política reacionária em toda linha do novo governo (BOITO JR., 2017)

As ações — ou a falta delas — no curto período que se seguiu após o ano de 2017, ainda cabem na análise de Boito Jr., pois nenhuma mobilização de forte relevância conseguiu ser realizada após a greve geral, tanto por parte do movimento sindical quanto pelo conjunto da esquerda brasileira, que conseguisse barrar os diversos retrocessos e os impactos das propostas neoliberais de Michel Temer. Neste ponto há de se ressaltar, inclusive, as campanhas presidenciais realizadas durante esse mesmo período, no ano de 2018, cuja ação do movimento sindical foi decisiva no primeiro e no segundo turno, mas que foi, mesmo assim, derrotada. O mesmo cenário pessimista — de baixa articulação e incorporação do conjunto da sociedade civil às ações pontuais, e de consequente derrota política do objetivo de tais ações — se manteve no que diz respeito à reforma da previdência, que encontrou forte desmobilização antes e depois de aprovada no Senado Federal, mesmo sendo uma pauta de baixíssima aceitação popular.

Antes de avançarmos, é necessário apontar que as eleições ocorridas no ano de 2018, e avitória de Jair Messias Bolsonaro (à época filiado ao PSL), representam um

importante marco na derrocada de quaisquer programas políticos alternativos ao golpe de 2016 por médio e longo prazo. Portanto, a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro representa o aprofundamento da agenda golpista de Michel Temer, com um programa de caráter ultraliberal e ultraconservador.

O programa político de Jair Bolsonaro é ultraliberal por prever, por um lado, uma agenda econômica de feroz avanço nas privatizações e concessões ao capital estrangeiro, e, por outro lado, a retirada de direitos amparada pelo sucateamento do serviço público, gratuito e de qualidade. O programa pode ser considerado como ultraconservador por se desenvolver, justamente, nos marcos de discursos conservadores e discriminatórios — com as minorias sociais e as oposições políticas — e por posturas autoritárias.

A reforma da previdência encontrava-se na agenda do governo federal desde o ano de 2016, e só conseguiu ser aprovada recentemente, no dia 22 de outubro de 2019. Com 60 votos favoráveis e 19 votos contrários, a reforma tirará direitos fundamentais de mais de 100 milhões de brasileiros — é um dos ataques aos direitos sociais que estão colocados e legitimados na ordem do dia.

Não nos delongaremos tanto sobre a análise da reforma previdenciária por uma questão de manter o foco, na reforma trabalhista — que o atinge diretamente no que tange à sua forma de financiamento e finalidade representativa —, embora seja necessário pontuar que a sua aprovação representa uma derrota política de alto grau para o movimento sindical e o conjunto dos movimentos populares. Cabe salientar que a reforma previdenciária atingirá tanto os brasileiros do mercado de trabalho formal quanto os do mercado de trabalho informal, além dos que já se encontram aposentados e também os pensionistas.

A reforma da previdência estabelece uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para os homens, com tempo mínimo de contribuição de 20 anos, e idade mínima de 62 anos para as mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos — o valor da aposentadoria passa a ser o equivalente a 60% da média daquele valor de referência das contribuições, e para se ter o direito ao valor integral os trabalhadores passarão a contribuir, a partir de agora, por 40 anos. O DIEESE (2019c) aponta que o texto da reforma da previdência — ou, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019 —, foi aprovado com a supressão de alguns artigos e parágrafos:

Sob pressão para aprovar logo a reforma, o Senado evitou efetuar mudanças que fariam a PEC voltar para a Câmara e deixou para tratar dos pontos divergentes em nova PEC, de número 133.

Fazendo uma analogia com uma série de TV, pode-se dizer que a Reforma da Previdência encerrou a segunda temporada. Na primeira, o enredo foi a discussão da PEC 287, que o governo Michel Temer apresentou ao Congresso no final de 2016 e que sequer chegou a ser votada na Câmara dos Deputados por causa da falta de apoio político. Na segunda temporada, a história foi a da PEC 6, proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, e que sofreu transformações tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Como toda série que se prolonga no tempo, o resultado final dessa segunda temporada anuncia nova sequência que vai girar em torno da PEC paralela (PEC 133) e muitos episódios da regulamentação das novas regras constitucionais (DIEESE, 2019c, p. 2).

Segundo o Departamento Intersindical, a reforma da previdência acabou por diferir em grande medida da proposta inicial do governo, especialmente no que tange à rejeição da criação de regime de capitalização, do aumento geral do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria, das limitações drásticas à aposentadoria rural, da limitação do benefício assistencial, da desvinculação entre pensão e salário mínimo, do aumento automático da idade mínima, entre outros pontos.

Ainda assim, o que foi aprovado contém potencial impacto social preocupante. O valor das aposentadorias e das pensões acima do salário mínimo irá diminuir muito, mesmo para aqueles trabalhadores que têm salários pouco acima do mínimo legal. Para muitos trabalhadores, a elevação da idade mínima de aposentadoria poderá significar a permanência durante alguns anos na inatividade, sem renda do trabalho ou de proventos da previdência. O trabalho em condições insalubres e desgastantes, como, por exemplo, o de professores do ensino básico, será prolongado. Sem falar na incerteza gerada pela desconstitucionalização dos requisitos de aposentadoria, para os futuros segurados do sexo masculino, a elevação do tempo mínimo de contribuição para 20 anos pode dificultar ou, até mesmo, impedir a aposentadoria na velhice (DIEESE, 2019c, p. 16).

Conforme já apontado por nós, o programa político de Jair Bolsonaro aprofunda o de Michel Temer. Fatos notáveis são a extinção do Ministério do Trabalho, logo nos primeiros dias de governo, a defesa da reforma trabalhista — a qual Bolsonaro, na época ainda deputado federal eleito pelo estado do Rio de Janeiro, votou favorável — e a continuidade do trâmite e a aprovação da reforma previdenciária.

Se os retrocessos de Michel Temer, no cenário pós-golpe, representavam dificuldades e sérios desafios à atuação do conjunto do movimento sindical — sendo este, um agente histórico e muito relevante da defesa da democracia e dos direitos do povo brasileiro —, a posse de Bolsonaro, após as eleições ocorridas no ano de 2018, aprofunda tais dificuldades e desafios.

O movimento sindical tem defendido propostas que consideram a diversidade do mercado de trabalho, sem, com isso, precarizar as condições de trabalho. Continua sendo necessária e urgente a adoção de medidas que efetivamente gerem crescimento econômico pela ampliação do poder de compra dos trabalhadores. Entre essas iniciativas estão o aumento do salário mínimo e a ampliação dos benefícios sociais, além da revogação das medidas deletérias da Reforma Trabalhista de 2017 e a rejeição da MP 905/2019 (DIEESE, 2019c, p. 8).

Ao invés de ampliar os direitos sociais, de fortalecer o desempenho da atividade econômica e assim gerar postos de trabalho suficientes e de qualidade, e de criar políticas públicas de amparo ao trabalhador desempregado, Bolsonaro editou uma nova reforma trabalhista com conteúdo que amplia a retirada de direitos. A Medida Provisória (MP) 905/2019, mesmo nas projeções oficiais, não se demonstra capaz de gerar empregos na quantidade necessária à reversão da crise no mercado de trabalho, ainda que às custas da supressão de direitos dos trabalhadores. O DIEESE (2019c, p. 4) aponta que o governo promete gerar 4 milhões de novos postos de trabalho, mas que a MP é, na verdade, uma nova reforma trabalhista, que retira direitos e que pode ampliar a precarização em curso.

CAPÍTULO 3. AS RESPOSTAS DA FEM-CUT/SP

Com o passar das décadas, o sindicalismo brasileiro foi transformando-se e adaptando-se às diversas conjunturas impostas, vistas como realidades passíveis de superação através da organização e ação coletiva. Essas imposições conjunturais podem ser estritamente vinculadas aos fatores econômicos locais, nacionais ou internacionais, e/ou também aos fatores gerados por disputas e conflitos políticos e institucionais, e, assim, diante das suas decorrentes aberturas ou fechamentos de regime, traçando diferentes limitações às ações de contestação e às formas de resistência.

Num plano mais imediato, o movimento sindical é concebido como uma ferramenta de pressão por respostas e também de construção de propostas às demandas concretas da vida dos trabalhadores. É partindo desta premissa que pontuamos que as formas de luta e de construção de resistência do sindicalismo podem ser diretamente impactadas diante das mudanças no cenário econômico e político. Em um renomado estudo que trata da comparação dos ciclos de greves brasileiras quando no processo de reabertura democrática, entre o final da década de 1970 e meados da de 1980, Noronha (1992) explicita que essa questão pode se caracterizar em dois níveis analíticos:

[...] boa parte dos estudos concluem que não há regularidades evidentes nas comparações entre países. De forma simplificada, pode-se dizer que há dois níveis desse debate, que expressam ênfases diferentes nessas variáveis: primeiro, quanto ao efeito dos ciclos econômicos em definirem ciclos de greves; segundo, quanto ao efeito dessas variáveis dentro de um ciclo de greves definido por um conjunto de outras variáveis não restritas ao plano econômico (NORONHA, 1992, p. 137).

Noronha (1992), ao buscar caracterizar os ciclos de greves ocorridas durante a transição democrática brasileira, exemplifica que as taxas de emprego são fatores inibidores das greves trabalhistas, concluindo que a expansão do emprego proporciona melhores condições de atuação para o movimento sindical: —No conflito capital *versus* trabalho, o recurso de poder primário dos empregadores é a oferta de emprego e dos empregados a decisão de trabalhar ou não. A decisão e a greve são, portanto, as armas básicas utilizadas (NORONHA, 1992, p. 137-138). Denota-se, portanto, que o cenário econômico adverso, cujos fatores do desemprego e da retirada de direitos são comuns, trazem sérios impactos à ação do sindicalismo quando no receio — por parte da base de trabalhadores representada — em mobilizar-se e agir de forma mais combativa. Cabe

ressaltar, porém, que essas ações tendem justamente a se tornar ainda mais necessárias em tais períodos adversos para assim revertê-los.

Nos Congressos da FEM-CUT/SP além de realizar-se a apresentação do balanço político e financeiro da gestão que se finda no próprio evento, bem como da eleição da nova gestão que irá dirigir a entidade por outros quatro anos, também se debate a —leitura política da entidade sobre a conjuntura nacional e internacional e, para além disso, a construção e os ajustes das táticas que são necessárias para o momento, referendado pelo conjunto das direções sindicais presentes.

O 8º Congresso, ocorrido no litoral paulista no mês de fevereiro de 2019, contou com 11 observadores, 22 convidados e 148 delegados, que podem ser divididos em duas categorias: os natos e os eleitos. Os delegados natos são aqueles metalúrgicos paulistas que ocupam cargos na FEM-CUT/SP, na CNM-CUT ou mesmo na CUT, e que têm direito à voz e voto, ou seja, de se inscrever e realizar falas em plenária e também votar nos momentos de deliberação; os delegados eleitos são aqueles que os sindicatos filiados à Federação enviam como representação de base. Do total dos 24 delegados natos, 22 eram homens e apenas 2 eram mulheres; dos 124 delegados eleitos, 91 eram homens e 33 eram mulheres.

Os congressos da FEM-CUT/SP são realizados em uma periodicidade de quatro anos. A sua oitava edição foi a primeira que ocorreu em uma conjuntura totalmente adversa à classe trabalhadora desde a implementação do projeto neoliberal durante a década de 1990 e início da década de 2000, quando a entidade ainda tinha menos de dez anos. O evento foi marcado por falas que salientavam indignação com os rumos da conjuntura política e econômica brasileira, e também concordância de que o período apresenta dificuldades nas conquistas materiais dos trabalhadores e na ação sindical de forma geral. Era constantemente afirmado que os movimentos sociais e sindical do país passam por um período em que as suas táticas devem ser voltadas à “resistência”, pois estão sob “ataque”.

Diante dos seus atuais desafios, impostos por todos os elementos de adversidade já apontados por nós — a crise econômica e a desindustrialização, o desemprego e a subocupação, e a crise política e os retrocessos nos direitos sociais — as respostas da FEM-CUT/SP podem ser classificadas em níveis internos e externos.

As respostas de nível interno relacionam-se com tanto com o financeiro quanto com a organicidade da entidade sindical diante das rupturas e das permanências da estrutura corporativa oficial, na qual está inserida, diante da atual conjuntura. As respostas de nível externo relacionam-se com o plano da tática, e dos novos tipos de discursos e ações, que também passam por atualizações diante da atual conjuntura — que, conforme já apontado por nós, por ter um caráter ofensivo coloca o movimento sindical, e todas as formas e ferramentas de resistência, em uma posição de defensiva.

3.1. Respostas internas

Conforme apontado pelo metalúrgico, sindicalista e ex-tesoureiro da FEMCUT/SP, Milson Antunes Pereira (Carpinha), durante painel realizado no 8º Congresso da entidade, ocorrido em Praia Grande (SP), no mês de fevereiro do corrente ano,

Até o início da vigência da reforma trabalhista, 90% da arrecadação de federações e confederações sindicais era da contribuição sindical obrigatória. Após o fim da cobrança compulsória, os sindicatos cutistas decidiram não cobrar o imposto, já que sempre foram contrários a cobrança. Além das instâncias do movimento sindical [federação, confederação e central], os sindicatos de base também perderam na arrecadação¹⁶

Através da projeção de dados referentes às receitas e despesas da FEMCUT/SP durante o período do mandato que se encerrou no 8º Congresso da entidade — de 2015, 2016, 2017 e 2018 —, o ex-tesoureiro e o presidente reeleito Luiz Carlos Dias (Luizão), explanaram aos delegados e aos ouvintes do Congresso sobre os impactos da conjuntura no orçamento dos sindicatos representados

A crise econômica, bem como a desindustrialização do país, gerou a demissão de centenas de metalúrgicos que antes eram empregados na base da entidade e que poderiam contribuir financeiramente com os seus sindicatos. Além disso, o fim do imposto sindical compulsório, fruto da reforma trabalhista de 2017, é uma realidade que atinge a estrutura a orgânica e financeira do sindicalismo de forma geral — impactando os sindicatos da base e também as federações, as confederações e as centrais sindicais por conta da ausência dos repasses financeiros.

¹⁶ Discurso de Milson Antunes Pereira, em 26 de fevereiro de 2019, no congresso da FEM-CUT/SP, durante o painel de “Prestação de contas” da gestão 2015-2018.

Conforme a apresentação do painel —Prestação de contasI, no período de 2015 a 2018 a receita da FEM-CUT/SP se dava através do imposto sindical — principal fonte de arrecadação — e também da receita estatutária, da pousada de férias e da doação financeira dos sindicatos.

Nota-se que o fim do imposto sindical compulsório é taxativo quanto a ausência do grande montante de recursos, antes comum, à FEM-CUT/SP. Tal fonte de arrecadação financeira teve a sua queda se agravando ao longo de todo o período — uma leve queda percentual foi sentida no ano de 2016 comparado ao ano de 2015, no total de 0,98%; uma nova queda do valor foi registrada em 3,66% no ano de 2017 comparado ao ano de 2016; e uma nova queda em 2018, comparado ao ano de 2017, de 98,61% do valor. A arrecadação do último ano do período reduziu-se drasticamente para 1,39% do valor imediatamente anterior. Se compararmos o valor registrado no primeiro ano do período, a arrecadação de 2015, com o valor registrado no último ano do período, a arrecadação de 2018, a redução de recursos oriundos do imposto sindical compulsório é de 98,67%¹⁷.

A surpreendente redução do valor via imposto sindical compulsório, no ano de 2018, indica que os próximos anos trarão impactos ainda maiores ocasionados pela extinção desta forma de arrecadação financeira, cujos efeitos e alterações no funcionamento interno da entidade sindical e em suas formas de custeio da prática política cotidiana irão demonstrar-se de modo ainda mais severo.

A receita estatutária segue uma proporção parecida ao longo de todo o período registrado, justamente por ser uma forma de arrecadação compromissada entre os sindicatos de base e a federação estadual. O ano de 2016 é o que se destaca com o maior valor desta forma de arrecadação, e o ano de 2015 é o único que registra valor abaixo da média. No ano de 2016 a arrecadação foi 36,26% maior do que no ano de 2015, ao passo em que no ano de 2017 tal forma de arrecadação apresentou uma queda de 8,93% do valor arrecadado no ano imediatamente anterior, sendo que o mesmo fenômeno foi sentido no ano de 2018, com uma redução percentual menor, de 0,17% do valor registrado no ano imediatamente anterior.

¹⁷ Não nos foi concedida a permissão de divulgação, por parte da FEM-CUT/SP, dos valores totais de sua receita e despesa, por isso neste trabalho utilizamos apenas os dados percentuais referentes à tais valores em comparação ao período imediatamente anterior.

A pousada de férias da FEM-CUT/SP foi a única das fontes de receita que teve aumento gradativo durante todo o período registrado — aumentando 23,17% do valor, de 2015 para 2016; 81% de 2016 para 2017; e 17% de 2017 para 2018. A pousada apresenta no ano de 2018 o maior valor arrecadado do período, e isto se dá, segundo as informações apresentadas no espaço congressual, por conta da terceirização da gestão e do uso do espaço da pousada por uma empresa parceira da FEM-CUT/SP — que assumiu parte dos serviços da pousada de férias, transformando um dos seus espaços físicos em um restaurante e alugando os seus quartos. A arrecadação das diárias fica com a federação, enquanto o lucro das refeições fornecidas fica com a empresa terceirizada, que também presta o serviço de segurança e manutenção do espaço.

A receita oriunda da pousada de férias durante o período, porém, foi menor que o lucro da receita estatutária, que por sua vez foi inferior ao valor antes arrecadado pelo imposto sindical — com exceção ao ano de 2018, que foi o único do período em questão cujo valor de tal arrecadação foi abaixo da receita estatutária e da pousada de férias. Tal cenário financeiro exigiu ajustes e saídas alternativas por parte da FEM-CUT/SP, de onde surgiu uma nova forma de arrecadação: a contribuição dos sindicatos.

O valor arrecadado através da contribuição dos sindicatos, apenas no ano de 2018, conseguiu ser maior do que aquele valor arrecadado através da receita estatutária e da pousada de férias em todos os anos registrados no período. O desafio está em conseguir equiparar esta fonte de arrecadação ao que era possibilitado por meio da contribuição sindical compulsória. A tática adotada pela federação em seu 8º Congresso, conforme salienta Milson Antunes Pereira, foi no sentido de aprovar

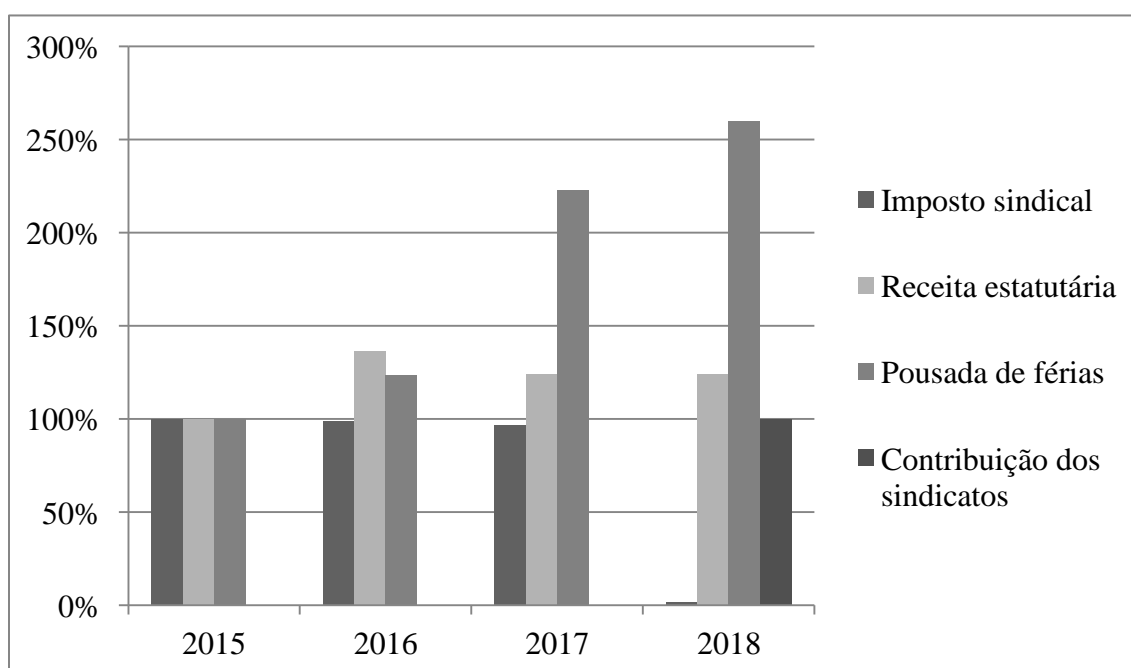
[...] uma contribuição que é importante para manter uma estrutura como a da FEM-CUT/SP, que é equivalente a 30% do que os sindicatos repassavam quando ainda havia o imposto compulsório. Essa contribuição dos sindicatos de base vai manter o funcionamento da Federação¹⁸.

O gráfico abaixo ilustra a situação orçamentária da entidade sindical. Por não nos ter sido autorizada a divulgação dos dados financeiros da FEM-CUT/SP em sua totalidade, no ano de 2015 encontra-se o registro de 100% dos valores para o imposto sindical, para a receita estatutária e para a pousada de férias. Os anos de 2016, 2017 e 2018 refletem o acréscimo ou o decréscimo orçamentário a partir dos percentuais

¹⁸ Discurso de Milson Antunes Pereira, em 26 de fevereiro de 2019, no congresso da FEM-CUT/SP, durante o painel de “Prestação de contas” da gestão 2015-2018.

registrados de aumento ou diminuição dessas fontes de renda de acordo com o ano imediatamente anterior. No ano de 2018 soma-se em 100% a contribuição dos sindicatos como uma outra fonte de renda, por ter sido a primeira vez em que foi utilizada, em todo o período registrado. Os dados não refletem a totalidade das fontes de renda — a receita via contribuição dos sindicatos no ano de 2018, por exemplo, parece ser menor do que as registradas por meio da pousada de férias e a receita estatutária, mas na verdade, conforme já dito por nós anteriormente, foi a maior fonte de renda registrada naquele ano.

Gráfico 1 – Arrecadação financeira da FEM-CUT/SP – 2015-2018



Elaboração própria, a partir dos dados apresentados no 8º Congresso da FEM-CUT/SP (2019)

Utilizando-se da projeção de dados socioeconômicos, o presidente da FEMCUT/SP apontou algumas das dificuldades financeiras da entidade geradas por conta da crise econômica, ressaltando o elemento da perda numérica da base metalúrgica — 15,3 mil trabalhadores demitidos só no ano de 2016.

Nós nunca mais chegaremos ao patamar de 250 mil metalúrgicos, como no final de 2013. Nossa briga agora é superar a barriga, mas com o processo de terceirização e pegeoutização, as empresas colocarão seus funcionários em outras categorias, com salários menores e com direitos aqui nós não temos. Este mandato deve todos esses elementos que dificultaram nossa atuação, mas isso não quer dizer que iríamos esmoecer [...]. Vimos todos os nossos sindicatos caminhando juntos, e isso é um diferencial para nós, porque se

estivéssemos separados nós não teríamos conseguido o maior reajuste salarial do Brasil, sem precisar da realização de nenhum dia de greve¹⁹.

Luizão disse acreditar que no corrente ano a FEM-CUT/SP e os seus sindicatos de base filiados já sentem, em nível geral, os impactos do fim da contribuição sindical compulsória em suas receitas, assim como também sentem na prática política cotidiana as medidas que atingem diretamente os trabalhadores do ramo que, segundo afirma, ainda tem muitos privilégios se comparado aos outros ramos e categorias profissionais.

[a forma de arrecadação alternativa] é resultado da unidade que construímos. Os nossos sindicatos entendem a importância de caminhar junto, e é só assim que iremos superar este momento [...]. Nós não estamos lidando com um adversário, mas com um inimigo. Ele quer nos matar, e nós não vamos permitir que isso aconteça: porque toda a dificuldade econômica e política que está posta²⁰.

Se com o fim da contribuição sindical compulsória a FEM-CUT/SP buscou fortalecer outra forma de arrecadação financeira junto aos seus sindicatos de base, fez também, dentro da própria entidade, outros ajustes de organicidade, relacionados à distribuição de seus cargos. Conforme explanado em seu 8º Congresso, a proposta de diminuição de cargos da FEM-CUT/SP foi no sentido de contribuir com a política de redução de custos da entidade, assim diminuindo o número de viagens para reuniões e encontros pessoais da sua direção, para além de também permitir que o conjunto dos dirigentes sindicais que antes ocupariam cargos internos da Federação passassem agora a não mais desempenhá-los, podendo construir tarefas políticas em suas localidades — fortalecendo, assim, o vínculo das entidades sindicais junto à base dos trabalhadores representados.

O conjunto da direção da FEM-CUT/SP no mandato 2015-2019 contava com 32 cargos, enquanto o do mandato 2019-2023 — direção atual, iniciada após o 8º Congresso —, conta com apenas 19 cargos. A mudança quantitativa também impõe mudanças qualitativas nas ações políticas da Federação: algumas pautas que antes teriam responsáveis específicos para tratá-las foram agora diluídas, assim sendo responsabilizadas pelo conjunto de sua diretoria executiva.

Com a extinção dos cargos de 1º vice-presidente, 1º secretário geral e 1º secretário

¹⁹ Discurso de Luiz Carlos Dias, em 26 de fevereiro de 2019, no congresso da FEM-CUT/SP, durante o painel de “Prestação de contas” da gestão 2015-2018.

²⁰ Idem.

de administração e finanças, a entidade manteve nos cargos de alto escalão, além do presidente e do vice-presidente, os cargos e atribuições do secretário geral e do secretário de finanças. Foram extintos os cargos de secretário de comunicação, de juventude, de formação, de organização, de política sindical, de políticas sociais, de saúde e meio ambiente e da mulher. Além disso, também foram extintos os nove cargos de suplência da executiva, e dois, dos três cargos, de suplência do conselho fiscal. O conselho fiscal efetivo, por outro lado, se manteve com o total de três responsáveis.

A extinção das oito secretarias da FEM-CUT/SP — cujas atribuições eram específicas à determinadas pautas priorizadas pela entidade em sua atuação e articulação política —, também gerou a criação de novos cargos. Antes haviam apenas dois diretores executivos, que no novo modelo organizacional da FEM-CUT/SP agora totalizam 11. Todos os diretores executivos, de acordo com a nova proposta, passam a ter as atribuições que antes eram específicas à determinadas secretarias — a única exceção é a diretora da mulher, cujo cargo executivo é de atuação especificamente voltada às políticas sindicais para as mulheres metalúrgicas.

Além da alteração do número de seus cargos, a FEM-CUT/SP também estabeleceu a possibilidade de criação de conselhos de caráter consultivo e encaminhativo, que delibera sobre pautas específicas como a compra e a venda de patrimônios e as estratégias necessárias para campanhas salariais, podendo ser constituídos por presidentes, secretários gerais e/ou tesoureiros dos sindicatos filiados — uma ação desprendida do conjunto da direção da Federação e mais construída junto à sua base de sindicatos: vista por nós como uma possível tentativa de desburocratização.

Nota-se que as mudanças quanti e qualitativas adotadas pela entidade em seu plano interno, como a redução de cargos, além de ser uma alternativa financeira diante do fim imposto compulsório, é também uma resposta genuína ao cenário adverso no que diz respeito às mudanças táticas — na forma de se fazer a política e fortalecer a resistência do movimento sindical: uma alternativa à burocratização do período anterior, diante de um novo cenário adverso e de ofensiva por parte da classe patronal e governo.

3.2. Respostas externas

O cenário atual traz certas rupturas e continuidades com relação à estrutura sindical corporativa. A unicidade e a verticalização são elementos que se mantiveram com

a reforma trabalhista de 2017 — que, conforme já apontado por nós, impactou diretamente na manutenção de tal estrutura, por conta do fim do imposto compulsório, e também na razão/objetivo de funcionamento do sindicalismo, por conta da prevalência da ideia do “negociado sobre o legislado”.

Acreditamos que por justamente não serem consideradas ameaças eminentes à atuação do sindicalismo no momento atual — logo, não impactando em rearranjos em sua organicidade ou em novos apontamentos quanto ao discurso e ação política —, a manutenção da unicidade e da verticalização sindical são elementos que fazem com que o próprio campo sindical, passivamente, não trace alternativas para o seu rompimento.

A diretoria da FEM-CUT/SP elenca, no quinto tópico do seu Plano de lutas, alguns elementos que sugerem o rompimento com a unicidade, onde salienta-se a ideia de alargamento da base de representação e da quebra com a noção do monopólio legal — mas, vale destaque, nenhuma tarefa neste sentido é colocada de forma concreta ou imediata pelo próprio plano de lutas:

5.1. Politizar e potencializar a sindicalização e organização política cutista na base metalúrgica do estado de São Paulo. [...]

- A FEM-CUT/SP incentivará e apoiará no que for necessário os sindicatos que decidirem se unir para construir entidades mais fortes; - A FEM-CUT/SP envia esforços no sentido de representar os trabalhadores nas empresas metalúrgicas sob qualquer forma de contratação (terceiros), bem como apoiará e incentivará os sindicatos filiados a fazer o mesmo.

5.2. Implementar via debate com a categoria a autonomia e sustentação financeira dos sindicatos via contribuição solidária, taxa negocial e cláusula do seguro.

- A FEM-CUT/SP deve orientar seus sindicatos filiados na construção de alternativas de sustentação financeira sob a lógica cutista e debates do macrossetor, para garantir que os sindicatos passem pelo período de ataque de agora fortalecidos.

5.3. Fundir sindicatos, criando entidades mais representativas por região e setor [...].

- Debater nos sindicatos e nas regiões quase as possibilidades de ampliação de base de representação, trabalho articulado com foco na ampliação da capacidade de luta e organização (FEM-CUT/SP, 2019b, p. 2, grifos do texto).

As táticas adotadas pela entidade sindical na atual conjuntura, diante dos desafios que são impostos pela crise econômica e política, pela retirada e ameaça aos direitos sociais e trabalhistas, bem como pelas alterações no setor industrial e no ramo metalúrgico, podem ser classificadas como respostas externas da FEM-CUT/SP.

O plano de lutas que a federação cutista coloca como norteamento para as suas ações — a se iniciar no período pós-congressual —, é baseado no acúmulo de discussões ocorridas durante todo o seu evento. No documento constam as pautas políticas que a Federação adotará como as principais a serem travadas, sendo todas elas elencadas em tópicos e colocadas em discussão e votação pela mesa condutora junto ao plenário, com direito de réplica e tréplica pelos delegados presentes — que podem discordar e depois defender tais propostas, conforme prevê o regimento. O documento se inicia afirmando que é uma

proposta da direção [que findou o seu mandato no 8º congresso] da FEMCUT/SP [que] deve orientar os trabalhos de construção do plano de lutas para o próximo período da entidade, contudo o debate no plenário será livre e de incondicional escolha dos delegados/as do Congresso. As bases para a construção da proposta da direção da FEM-CUT/SP estão contidos em seis eixos determinantes a partir da conjuntura. Tais eixos estão acompanhados de [alguns] pontosl (FEM-CUT/SP, 2019b, p. 1).

Os seis “eixos” são: “1. Lula livre!”; “2. Continuar enfrentando o desmonte da legislação trabalhista”; “3. Derrotar a reforma da previdência novamente é questão central para a resistência ao golpe e à retirada de direitos do povo brasileiro amplificada pelo governo de laranjas, questão crucial para a reversão da conjuntura”; “4. Garantia das cláusulas de direitos”; “5. Defesa dos sindicatos”; e “6. Enfrentamento do governo do estado de São Paulo e apoio à CNM e Central nas lutas nacionais”. Todos os eixos contêm, necessariamente, alguns “pontos de ação”, com subpontos²¹.

Tais eixos são as linhas táticas de ação da FEM-CUT/SP para fora: seja na atuação junto à sua base representada, seja na negociação junto aos governos federal e estadual e também a classe patronal, ou mesmo em mobilizações contrárias à tais setores. Os eixos contidos no plano de lutas são as linhas que tecerão as ações da FEMCUT/SP diante da conjuntura adversa. Analisando tais eixos e os seus desdobramentos nos pontos de ação, é possível perceber que as pautas giram em torno da liberdade de ação política, da defesa da democracia, e pela permanência dos direitos conquistados.

Neste sentido, os eixos 1 e 5, —Lula livre! e —Defesa dos sindicatos! são as que mais se relacionam com a liberdade de ação, onde a primeira contém a defesa da linha política e os desdobramentos práticos acerca da introdução e do fortalecimento, por parte da Federação, às campanhas políticas que visavam a liberdade do ex-presidente petista —

²¹ Conforme ilustrado nos Anexos, em —Plano de lutas!.

preso no ano de 2017 sob acusação de corrupção, e liberto recentemente, no mês de novembro do corrente ano —, e a segunda contém desdobramentos práticos sobre a atuação da Federação junto aos seus sindicatos de base, fortalecendo suas ações cotidianas e ampliando as formas de organização dos trabalhadores metalúrgicos a partir do local de trabalho.

“Lula livre” poderia ser considerada a principal bandeira política da Federação, imbricando-se às pautas que visam a liberdade de ação política, a defesa da democracia e a defesa dos direitos: é o primeiro tópico do plano de lutas, o que pode ser considerado sintomático, e também foi o nome adotado para a plenária do 8º Congresso, assim como uma de suas principais palavras de ordem ao longo do evento²².

O eixo 6, “Enfrentamento do governo do estado de São Paulo e apoio à CNM e Central nas lutas nacionais” também se relaciona com a defesa da democracia e dos direitos, ampliando a compreensão de como a federação deve agir junto à base, construindo uma plataforma unitária com as pautas de “defesa da democracia, nenhum direito a menos, e soberania nacional” (FEM-CUT/SP, 2019b, p. 2)

Os eixos 2, 3, 4 relacionam-se na luta contra a retirada de direitos. É notável que tais definições se colocam após o aprofundamento, por parte da entidade sindical, de compreensão do cenário adverso vivido no estado e no país.

“Continuar enfrentando o desmonte da legislação trabalhista”, o segundo eixo do plano de lutas, aponta as formas de agitação que a FEM-CUT/SP utilizará no próximo período bem como o seu conteúdo — como, por exemplo, a denúncia e a exposição, através dos meios de comunicação alternativos, de parlamentares que votaram à favor do desmonte de leis trabalhistas, assim como a construção de mobilizações de massa. Tal eixo ainda aponta a postura que a federação deve ter em relação ao desmonte de leis trabalhistas: “não assumindo qualquer ponto da nova lei, negociação com base no código patronal, ou posição que deixe a entender o seu reconhecimento” (FEM-CUT/SP, 2019b, p. 2).

“Derrotar a reforma da previdência novamente é questão central para a resistência ao golpe e à retirada de direitos do povo brasileiro amplificada pelo governo de laranjas, questão crucial para a reversão da conjuntura”, terceiro eixo, é a continuidade do ponto

²² Sabe-se que o ex-presidente foi metalúrgico do ABC, e um dos fundadores da CUT e do PT.

anterior. Sendo a reforma da previdência considerada um novo desmonte de direitos, que aprofunda os interesses contidos na reforma trabalhista, sua não aprovação seria central para garantir parte dos direitos sociais ainda vigentes na Constituição brasileira, para além de uma vitória política àqueles setores que se encontram em retaguarda diante do cenário de ofensiva. Tal eixo contém dois pontos de ação, que por sua vez contém outros tópicos. O primeiro ponto de ação é o “envolvimento da sociedade civil, institucional e político amplo”, onde também se aponta a importância de se envolver especialistas na discussão sobre o impacto das contrarreformas e medidas do atual governo; o segundo ponto de ação, diz respeito à tática de “encurrular o Congresso Nacional”.

A “Garantia das cláusulas de direitos”, quarto eixo do plano de lutas, aprofunda a noção de defesa da permanência dos direitos conquistados, com reforço aos acordos que garantem o zelo pelos metalúrgicos paulistas. “A FEM-CUT/SP continuará a luta pela garantia das convenções coletivas, garantindo os direitos dos trabalhadores metalúrgicos representados por sua base” (FEM-CUT/SP, 2019b, p. 1). Deste eixo se desdobra a denúncia do governo do estado de São Paulo como estrutura do golpe e aprofundador da agenda de retirada de direitos.

O quarto eixo abarca três pontos de ação, que também se relacionam à ideia da defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores metalúrgicos: “Denúncia dos ataques institucionais”; “No plano, as convenções e acordos coletivos não devem reduzir direitos”; e “Denunciar a perversidade das ações dos golpistas no âmbito dos metalúrgicos do estado de São Paulo”.

A FEM-CUT/SP objetiva garantir a conquista de direitos para os metalúrgicos do estado de São Paulo que são trabalhadores da base cutista. Para isso, a entidade sindical elabora as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), realiza políticas sociais e também cursos de formação sindical.

A formação sindical foi apresentada como uma tática central para a atuação da FEM-CUT/SP no atual período. Sendo promovida aos dirigentes da base metalúrgica a fim de capacitá-los e alinhá-los politicamente, tal iniciativa realiza-se em seminários e cursos diversos — com temas que podem variar desde economia política e assuntos específicos ao trabalho até o histórico das organizações coletivas no Brasil e no mundo, pautas relacionadas à identidades e opressões, e análises de conjuntura nacional e internacional com foco na política, na economia e nas transformações da indústria.

Apesar de não ser elucidada em nenhum dos eixos do plano de lutas do 8º Congresso, a formação sindical era um elemento de preocupação recorrente nas falas realizadas durante as mesas de debate e nas considerações do plenário. Diversos painéis do evento contaram com alguns dos elementos que estiveram presentes nos espaços de formação promovidos pela FEM-CUT/SP no último período — alguns exemplos são: as análises e os debates sobre a conjuntura nacional e internacional; o cenário da indústria automotiva diante da “Revolução Industrial 4.0”; o debate sobre as finanças e sobre a organicidade ideal em tempos de ofensiva do capital.

A tarefa da formação sindical foi diluída nos cargos da diretoria executiva, sendo que antes era uma responsabilidade específica do diretor de formação sindical. Tal elemento não descaracteriza a centralidade que é depositada na formação sindical, que além de ser, conforme já apontado, uma das competências da FEM-CUT/SP junto às direções de seus sindicatos de base filiados, é, também, um modo de se capacitar os novos dirigentes promovendo o aprofundamento das leituras da entidade sobre temas diversos que tangem a sua atuação política cotidiana — conforme reforçado no congresso da entidade.

CONCLUSÕES

O 8º Congresso da FEM-CUT/SP foi realizado uma semana depois de anunciado o fechamento da planta da montadora Ford localizada no município de São Bernardo do Campo — uma das principais fábricas da região e a planta mais velha da empresa instalada no país, funcionando desde o ano de 1967. A divulgação do fechamento da fábrica marcou a realização do Congresso da FEM-CUT/SP, que não só contou com discursos de solidariedade, indignação e socialização de táticas por parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC quanto à demissão massiva, como também teve a sua programação alterada para que houvesse a participação dos delegados e dos ouvintes em uma marcha de 14 quilômetros convocada pelo Sindicato junto aos trabalhadores — iniciada nos portões da Ford após uma assembleia, na madrugada do dia 26 de fevereiro, partindo em direção ao Paço Municipal de São Bernardo do Campo. O fechamento da Ford ocorreu no dia 30 de outubro de 2019, demitindo cerca de 650 metalúrgicos contratados diretamente pela empresa²³. Com os funcionários de funções terceirizadas e o setor administrativo da empresa, a demissão chega ao número de quase três mil trabalhadores²⁴, atingindo mais de 30 mil vagas de empregos indiretos²⁵.

Durante a realização do evento congressual também houve a demissão de 200 trabalhadores metalúrgicos das duas plantas da Tecumseh Brasil localizada em São Carlos, no interior paulista, sem nenhuma sinalização ou negociação prévia. Por conta de tal situação, os delegados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Região se ausentaram do último dia de discussões do Congresso, retornando ao município para abrir um processo de negociação, investigação e diálogo junto à base²⁶.

²³ Os primeiros trabalhadores demitidos foram aqueles da linha de montagem, cerca de 650 metalúrgicos. Para saber mais, acesse: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/ford-encerra-nesta-quarta-aproducao-na-fabrica-de-sao-bernardo-do-campo.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2019.

²⁴ Conforme noticiado pela Rede Brasil Atual, o fechamento da Ford faz parte de uma nova estratégia de produção industrial da empresa, para além dos efeitos da crise econômica. Para saber mais, acesse: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/03/caso-ford-reativa-debate-sobre-futuro-da-industriabrasileira>. Acesso em: 10 abr. 2019.

²⁵ Os empregos indiretos, conforme ressaltado pelo Portal G1 e elucidado em suas entrevistas, dizem respeito aos comércios locais, setor de serviços e imobiliárias da região. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/21/fechamento-da-ford-provoca-queda-de-40-nocomercio-em-sao-bernardo-do-campo.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

²⁶ Segundo notícia o Portal G1, a Tecumseh do Brasil informa que “para permanecer competitiva e proteger os empregos em meio às condições de mercado extremamente desafiadoras” decidiu por reduzir o seu quadro de funcionários, na medida em que busca “melhorar a competitividade dos seus negócios”. Para

As crises econômicas e política imbricam-se, impondo uma série de desafios que se norteiam por programas de governos cuja essência prevê o ataque aos direitos trabalhistas e sociais historicamente adquiridos. Observa-se que se por um lado o sindicalismo enfrenta na atualidade a luta contra a retirada de direitos, em um cenário de crises macroconjunturais e sob a mira de um governo conservador e marcadamente autoritário, por outro lado também é afetado pela desindustrialização, que é gerada pelas novas estratégias do sistema econômico de produção capitalista, se agravando nos países subdesenvolvidos por conta da crise desse mesmo sistema.

Nesse contexto marcado por adversidades, diversos são os desafios colocados à ação coletiva e ao modo de funcionamento do sindicalismo. Nosso objetivo é compreender quais são as respostas ofertadas pela FEM-CUT/SP notadamente nas suas formas de ação e na organização sindical. Os resultados da pesquisa apontam para alterações significativas, dentre elas merecem destaque a busca de outras formas de arrecadação financeira, diante do fim do imposto sindical, além da alteração do número e competências da estrutura de cargos internos. A entidade também aprofundou a sua leitura sobre a crise e a desindustrialização brasileira, alterando o seu plano de lutas e bandeiras políticas em pautas que podem ser divididas em três eixos — referentes à liberdade de ação política, de defesa da democracia, e pela permanência dos direitos conquistados. Ademais, a centralidade da formação política para os quadros sindicais foi apresentada como uma estratégia importante.

Diante do fim do imposto sindical compulsório, a entidade buscou uma nova maneira de arrecadação financeira — desatrelada do Estado, e vinculada à ação de proximidade com os sindicatos de base. Ainda podemos nos questionar se a saída foi e será suficiente para cobrir os seus gastos já planejados e ainda em execução.

A redução de cargos da entidade é tanto uma resposta financeira diante do fim do imposto compulsório e das fontes de renda alternativa ainda precárias, quanto também relacionadas às respostas externas que a entidade buscou oferecer à sua base de trabalhadores, nos sindicatos de metalúrgicos paulistas — visando melhor qualificar a

mais informações sobre as demissões realizadas por esta empresa, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/02/28/metalurgicacatecumseh-demite-mais-de-100-funcionarios-em-sao-carlos-diz-sindicato.ghtml>. Acesso: 30 mar. 2019.

ação política do sindicalismo cutista, posicionando intencionalmente os seus quadros sindicais com maior proximidade junto à sua base representada.

Junto à ideia de uma (re)aproximação da base, e uma formação política que os capacite diante do cenário novo e instável, os dirigentes sindicais também redefiniram as táticas e as bandeiras de luta a serem travadas no atual contexto.

É notável que o aspecto dinâmico da conjuntura impõe um plano de ação de caráter vazio no que tange à densidade de planejamentos e execução. Dois rápidos exemplos ilustram esse cenário e a desatualização das respostas: os eixos “1. Lula livre!” e “3. Derrotar a reforma da previdência novamente é questão central para a resistência ao golpe e à retirada de direitos do povo brasileiro amplificada pelo governo de laranjas, questão crucial para a reversão da conjuntura” eram colocados com centralidade no Congresso como pautas a serem travadas no próximo período. Em menos de nove meses os dois eixos, e os seus tópicos contidos, encontram-se desatualizados: o ex-presidente foi solto no dia 8 de novembro de 2019, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a prisão em segunda instância é inconstitucional — dando trégua à sua perseguição política —, e a reforma previdenciária foi aprovada no Senado Federal no dia 22 de outubro, representando um aprofundamento dos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas, posicionando a ação do movimento sindical em maior estado de defensiva.

No que diz respeito ao cenário da indústria, não há nenhuma sinalização dos governos federal e estadual em criar-se um plano de investimento ou incentivo que auxilie na manutenção ou ampliação das vagas de trabalho ocupadas — e, por outro lado, nenhuma ação neste sentido por parte do sindicalismo metalúrgico cutista paulista em mobilizar, denunciar ou impulsionar essa iniciativa. Encontra-se agora, na agenda do governo Bolsonaro, a MP 905/2019 que representa uma retirada de direitos sociais ainda maior aos trabalhadores brasileiros, aprofundando o cenário de ofensiva dos interesses da classe patronal. Esta talvez seja a principal pauta que o sindicalismo careça se opor nos desdobramentos da atual conjuntura que, por sua dinamicidade, também poderá desatualizá-la em poucos meses — para o bem ou para o mal dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo (SP): Cortez, 5. ed.,1998.
- ARAÚJO, Carla; MURAKAUA, Fábio. Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego. **Valor Econômico**. 4 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6012617/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolherentre-mais-direitos-ou-emprego>. Acesso: 20 jul. 2019.
- BLASS, Leila Maria da S. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. *In*: RODRIGUES, Iram J. (Org.) **O novo sindicalismo**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes Ltda., 1999.
- BOITO JR., Armando. (1991). **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas (SP): Editora da Unicamp, São Paulo (SP): HUC!TEC, 1991
- BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Crítica Marxista**, n.42, pp.155-162, 2016.
- BOITO JR., Armando. Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016? **Revista O Comuneiro** nº25.q., 2017. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr25_10_ArmandoBoito.html. Acesso: 24 nov. 19.
- BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo (pp. 99 – 119). *In*: BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas (SP): Editora da Unicamp, São Paulo (SP) Editora da UNESP, 2018.
- BRIDI, Maria et al. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 06, No. 12. jan./abr., 2018.
- BRIGATI, Fernanda: Ford encerra nesta quarta a produção na fábrica de São Bernardo do Campo. **Folha de São Paulo**. 29 de outubro de 2019. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/ford-encerra-nesta-quarta-a-producaona-fabrica-de-sao-bernardo-do-campo.shtml>. Acesso: 24 nov. 2019.
- CARDOSO, André (Org.); CNM-CUT. **As faces da indústria metalúrgica no Brasil**: uma contribuição à luta sindical. São Paulo (SP): Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos(DIEESE), 2015.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania n o Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2008.
- DIEESE. **2016, um ano para os fortes**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim de conjuntura nº 10, março de 2017. 2017a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2017/boletimConjuntura010.html>. Acesso: 12 nov. 2019.

DIEESE. **País segue mergulhado em crises política e econômica.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim de conjuntura nº 11, julho de 2017. 2017b. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2017/boletimConjuntura011.html>.

Acesso: 12 nov. 19.

DIEESE. **Horizonte continua incerto: para onde estamos indo?** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim de conjuntura nº 17, dezembro de 2018. 2018. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura017.htm>.

Acesso: 12 nov. 19.

DIEESE. **A economia brasileira em marcha lenta.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim de Conjuntura nº 18, maio de 2019. 2019a. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2019/boletimConjuntura018.html>.

Acesso: 12 nov. 19.

DIEESE. **Análise ICT.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2019b. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/032019.html>. Acesso: 12 nov. 19.

DIEESE. **O novo desmonte nos direitos trabalhistas: A MP 905/2019.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica nº 215, novembro de 2019. 2019c. Disponível em:

<https://dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.html>. Acesso: 12 nov. 19.

DIEESE. **PEC 6/2019: como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota técnica nº 219, novembro de 2019. 2019d. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.html>. Acesso: 12 nov. 19.

FEM-CUT/SP. **Resumo histórico dos congressos da FEM-CUT/SP.** Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo.

Disponível em: <http://fem.org.br/congressos>. Acesso: 15 nov. 2019.

FEM-CUT/SP. **Cadernos de Texto Base.** Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo. Praia Grande (SP). 2019a.

FEM-CUT/SP. **Plano de lutas.** Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo. Praia Grande (SP). 2019b.

FUNDAÇÃO Ulysses Guimarães, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). **Uma ponte para o futuro.** 2015. Disponível em:

<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso 1 nov. 2019.

- GALVÃO, Andrea et al. **Dossiê reforma trabalhista**. Campinas (SP): Cesit/IE/Unicamp. 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/dossie-reformatrabalhista>. Acesso: 20 out. 2019.
- GALVÃO, Andrea; MARCELINO, Paula. **O sindicalismo brasileiro diante do golpe**. Congresso de Estudos Latino-Americanos, Lima-Peru, 2017.
- GRANJA, Regina Helena. **A crise do sindicato na atual reestruturação capitalista**. Dissertação de Mestrado: UFSCar, São Carlos (SP), 1998.
- GUIMARÃES, Juca. Reforma da previdência é aprovada e aposentadoria fica mais difícil para trabalhador. **Rede Brasil de Fato**. 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/22/reforma-da-previdencia-e-aprovada-eaposentadoria-fica-mais-dificil-para-trabalhador/>. Acesso: 25 out. 2019.
- IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal**: produção física. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensalproducao-fisica-brasil.html?=&t=destaques>. Acesso: 12 nov. 2019.
- IBGE. Brasil: distribuição espacial da indústria. **Agência de notícias do IBGE**. 2019a. Disponível em: https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_industrias.pdf. Acesso: 12 nov. 2019.
- IBGE. Em setembro, indústria cresce em dez dos 15 locais pesquisados. **Agência de Notícias do IBGE**. 08 de novembro de 2019. 2019b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25920-em-setembro-industria-cresce-em-dez-dos-15-locaispesquisados>. Acesso: 12 nov. 2019.
- INVESTE SP. **Setores de negócio**. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/>. Acesso: 12 nov. 2019.
- KREIN, José D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**. vol.30 no.1 São Paulo (SP), jan./abr., 2018.
- LISBOA, Vinícius. IBGE: Indústria cresce no Nordeste e Sul; SP e RJ têm queda. **Agência Brasil**. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/ibge-industria-cresce-no-nordeste-e-sul-sp-e-rj-tem-queda>. Acesso: 20 nov. 2019.
- MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 1.ed., 2009.
- MEMORIA FEM-CUT/SP. **Linha do tempo**: FEM-CUT/SP. Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo. Disponível em: <http://memoria.fem.org.br>. Acesso: 20 jul. 2019.
- NORONHA, Eduardo G. **Greves na transição brasileira**. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, Campinas (SP), 1992.

PERET, Eduardo. Produção industrial cai 0,3% em julho, no terceiro mês negativo seguido. **Agência de Notícias IBGE**. 03 de setembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/25343-producao-industrial-cai-0-3-em-julho-no-terceiro-mes-negativoseguido>. Acesso: 10 out. 2019.

POCHMANN, Márcio; MORAES, Reginaldo. **Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI**: experiências do Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França. POCCHMAN, Márcio (Org). São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 1.ed., 2017.

ROSSI, Waldemar (org.); GERAB, William J. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo (SP): Expressão Popular, 1.ed., 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. **Cadernos CRH**, vol.22, no.56, Salvador (BA), maio/ago., 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro (RJ), Campus, 1979.

SINGER, André. Do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista. **Revista Piauí**, edição 140. Maio de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/do-sonho-rooseveltiano-ao-pesadelo-golpista>. Acesso: 12 nov. 2019

ANEXOS

Anexo 1. Plano de lutas²⁸

Esta proposta da direção da FEM-CUT/SP deve orientar os trabalhos de construção do plano de lutas para o próximo período da entidade, contudo o debate no plenário será livre e de incondicional escolha dos delegados (as) do Congresso. As bases para a construção da proposta da direção da FEM-CUT/SP estão contidos em seis eixos determinantes a partir da conjuntura. Tais eixos estão acompanhados de conjunto de pontos (sublinhados), bom trabalho a todas e todos, segue:

1 – Lula Livre! Os trabalhadores brasileiros só terão seus direitos garantidos com a retomada plena do Estado Democrático e de Direito, o que obrigatoriamente implica no reconhecimento da inocência de Lula.

- A FEM-CUT/SP e seus sindicatos filiados deverão fortalecer todas as iniciativas que visarem lutar pela liberdade do presidente Lula, bem como reconhecer sua inocência plena.

2 – Continuar enfrentando o desmonte da legislação trabalhista

2.1 – Luta geral: Denunciar seus nefastos efeitos, apoiar campanhas de toda natureza

- Que a FEM-CUT/SP e os sindicatos filiados apoiem as campanhas, abaixo assinados, protestos, marchas, que reforcem o campo progressista na luta contra a legitimação, implantação e aprofundamento da reforma trabalhista, código de defesa dos patrões ou qualquer nome que valha, e dê ampla divulgação principalmente nas mídias livres e das nossas entidades e instâncias.

2.2 – Luta política: No Congresso Nacional, movimentos sociais, unidade do movimento sindical, impedir a legitimação

- Continuar a denunciar deputados e senadores que votaram a favor da lei patronal em todos os meios de comunicação possíveis, nas assembleias de trabalhadores e em todos os espaços possíveis, visando o desgaste da imagem e minar a possibilidade de reeleição de qualquer destes;

- A FEM-CUT/SP propondrá, incentivar e participará de iniciativas que

²⁸ Texto na íntegra.

construa a unidade do movimento sindical social contra a lei anti-trabalhador;

- Não deverá a FEM-CUT/SP assumir qualquer ponto da nova lei, negociação com base no código patronal ou posição que deixe a entender seu reconhecimento;

- Construir mobilização que retome a negociação coletiva em todos os setores (com as montadoras fundamentalmente), para estabelecer referências e garantias amplas contra a perda de direitos, fortalecer as CCTs, contra a lei patronal e a terceirização, com foco na construção do contrato coletivo nacional.

3 – Derrotar a reforma da previdência novamente é questão central para a resistência ao golpe e à retirada de direitos do povo brasileiro amplificada pelo governo de laranjas, questão crucial para a reversão da conjuntura

3.1 – Envolvimento da sociedade, institucional e político amplo; especialistas têm que estar envolvidos

- Que a FEM-CUT/SP e os sindicatos filiados levem a cabo as campanhas , abaixo assinados, protestos, marchas, que reforcem o campo progressista na luta contra a votação da reforma da previdência, e dê ampla divulgação, principalmente nas mídias livres e das nossas entidades e instâncias;

- A FEM-CUT/SP promoverá todo tipo de ação de esclarecimento, formação e mobilização que sua diretoria ou base de sindicatos filiados entender que contribua com o enfrentamento de mais esse golpe contra o povo brasileiro.

3.2 – Encurrular o Congresso

- Os deputados e senadores devem ser denunciados pela FEM-CUT/SP em todos os meios de comunicação possíveis, nas assembleias de trabalhadores e em todos os espaços possíveis, visando o desgaste da imagem e minar a possibilidade de votação favorável a qualquer projeto que altere a legislação previdenciária no sentido das propostas do governo golpista, destacando os do estado de São Paulo;

- A FEM-CUT/SP e seus sindicatos filiados apoiará todos os movimentos sociais e partidários, principalmente os liderados por jovens em locais públicos, no Congresso Nacional e pelas mídias, redes sociais, internet ou outro meio eletrônico, convencendo os parlamentares a não votar qualquer reforma anti-povo brasileiro.

4 – Garantia das cláusulas de direitos

- A FEM-CUT/SP continuará a luta pelas garantias das convenções coletivas, garantindo os direitos dos trabalhadores metalúrgicos representados por sua base;

- Denúncia do governo do estado de São Paulo como estrutura do golpe e aprofundador da agenda de retirada de direitos

4.1 – Denúncia dos ataques institucionais

- A FEM-CUT/SP denunciará os ataques institucionais, fim do MTE, ameaças à Justiça do Trabalho, efeitos da PEC 241 (55), regra nos planos de saúde, flexibilização do combate ao trabalho escravo, por exemplo, OIT, Industrial, todas as formas de constranger o governo.

4.2 – No plano, nas convenções e acordos coletivos, não devem ser reduzidos os direitos

- A construção das convenções da FEM-CUT/SP devem enfrentar a deformação da lei, como já neste ano de 2017, as próximas negociações devem radicalizar a luta e ampliar direitos;

- Apoiar e orientar os sindicatos na construção de acordos salvando as cláusulas das convenções frente à garantia de direitos;

4.3 – Denunciar a perversidade das ações dos golpistas no âmbito dos metalúrgicos do estado de São Paulo

- A cada tentativa dos patrões efetivarem o código patronal, a FEM-CUT/SP deverá estar na linha de frente do enfrentamento, como exemplarmente esteve na primeira tentativa de Taubaté na LG;

- Na defesa dos direitos, ampliar a agenda dos direitos das mulheres, contra o racismo, contra o racismo e todas as formas de discriminação, como por exemplo, a plataforma do movimento LGBT.

5 – Defesa dos sindicatos

5.1 – Politizar e potencializar a sindicalização, organização política cutista na base metalúrgica do estado de São Paulo

- A FEM-CUT/SP deve orientar os processos de sindicalização dos sindicatos filiados reforçando o caráter de enfrentamento de classe que significa ser sindicalizado nesse momento, afastando-se das argumentações menos politizadas;

- Que a FEM-CUT/SP amplie a formação e disseminação da OLT cutista a

partir das CIPAS e CCTSMA, CSEs e todas as formas de organização dos trabalhadores a partir da disputa estabelecida com o código de defesa dos patrões pela representação da categoria e da classe trabalhadora;

- A FEM-CUT/SP continuará lutando e organizando seus coletivos conforme a necessidade da base e seus sindicatos;

- Apoiando a lógica de sindicato cidadão, a FEM-CUT/SP apoiará todos os seus filiados na articulação com movimentos da sociedade civil de todas as formas;

- A FEM-CUT/SP desenvolverá política de opções a partir das ideias fundantes da nossa central;

- A FEM-CUT/SP incentivará e apoiará no que for necessário os sindicatos que decidirem se unir para construir entidades mais fortes;

- A FEM-CUT/SP envidará esforços no sentido de representar os trabalhadores nas empresas metalúrgicas sob qualquer forma de contratação (terceiros), bem como apoiará e incentivará os sindicatos filiados a fazerem o mesmo.

5.2 – Implementar, via debate com a categoria, a autonomia e sustentação financeira dos sindicatos via contribuição solidária, taxa negocial e cláusula do seguro

- A FEM-CUT/SP deve orientar seus sindicatos filiados na construção de alternativas de sustentação financeira sob a lógica cutista e debates do macrossetor, para garantir que os sindicatos passem, pelo período de ataque de agora, fortalecidos.

5.3. – Fundir sindicatos, criando entidades mais representativas, por região e setor, instituto da Indústria, macrossetor, por exemplo

- Debater nos sindicatos e nas regiões quais as possibilidades de ampliação de base de representação, trabalho articulado com foco na ampliação da capacidade de luta e organização

6 – Enfrentamento do governo do estado de São Paulo e apoio à CNM e Central nas lutas nacionais por:

6.1 – Revogação das medidas anti-povo dos golpistas

6.2 – Resgate dos avanços do período progressista

6.3 – Ter plataforma unitária por democracia, nenhum direito a menos e soberania nacional

6.4 – Denunciar o fascismo, intolerância, o racismo, machismo e o sexismo e preconceitos estimuladas no país, e enfrentar seus representantes

6.5 – *Nunca perder de vista que não vivemos em um período democrático*

- A FEM-CUT/SP valorizará a democracia e o direito ao voto, subtraído do povo brasileiro no golpe de 2016, que tem vitimado as trabalhadoras e trabalhadores;

- Ampliar a agenda de participação e presença da FEM-CUT/SP em todas as bases no estado, fazer agendas itinerantes de debates e reuniões como forma de aproximação e contribuição com a mobilização de todos os sindicatos;

- A FEM-CUT/SP e os sindicatos filiados preservando o seu caráter laico, deverá promover o diálogo interreligioso e erradicar a intolerância contra todas as crenças.

Eixo e pontos de ação que a consideração diz respeito	Consideração
Destaque ao documento de forma geral.	Inclusão — “correção” — do termo “trabalhadoras” junto ao termo “trabalhadores”, em todo o documento.
Destaque ao eixo 1.	Inclusão da proposta de que a FEM-CUT/SP “crie e incentive os seus sindicatos filiados à construir ‘Comitês Lula livre’ para que no dia 7 de abril, um ano de prisão do ex-presidente, sejam realizadas grandes mobilizações por sua liberação e por democracia”
Destaque ao eixo e ponto de ação 2.1.	Inclusão de haja “construção e criação de iniciativas”, tais como campanhas, “para além de apenas apoiar”.
Destaque ao eixo e ponto de ação 2.2.	Alteração para que a denúncia dos deputados federais que votam contra o povo seja feita apenas para os “deputados locais, do estado”, e não “de forma geral” — conforme prevê o plano de lutas.
Destaque ao eixo e ponto de ação 3.2.	Alteração para que seja “não só o convencimento dos parlamentares”, mas também a “conscientização do povo”.
Destaque ao eixo 4.	Consideração de que “a desindustrialização paulista não apareceu no eixo e nem no plano de lutas”. Proposta de que haja alteração no documento: que seja incluído na agenda da FEM-CUT/SP “um dia no ano que seja específico de construir mobilização de

²⁹ O Anexo 2 – Considerações sobre o plano de lutas, é um quadro de formulação própria, construído através da sintetização do que foi apresentado pelos delegados do 8º Congresso da FEM-CUT/SP como consideração ao conteúdo dos eixos do plano de lutas proposto pela direção da Federação. Tais considerações eram realizadas após a inscrição dos delegados, que poderiam fazer modificações ou acréscimos nos eixos de luta ou em seus pontos de ação. Após aprovadas pela plenária — todas elas por unanimidade — as considerações foram acrescentadas ao plano de lutas, conforme previa o regimento congressual.

	<p>oposição ao governo do estado de São Paulo”.</p> <p>Contraproposta — e defesa da proposta do eixo de lutas — considerando que diante das modificações da conjuntura, não haja um dia específico de luta contra o governo paulista, uma vez “que o processo de denúncia [do projeto patronal] e de defesa da classe trabalhadora deve ser permanente e diário”.</p> <p>Proposta de mediação — aprovada pela plenária — de “que a FEM-CUT/SP defenda e defina uma agenda permanente de lutas contra todos os ataques aos trabalhadores, sem engessar o calendário”.</p>
Destaque ao eixo e ponto de ação 4.1.	Inclusão de que a “FEM-CUT/SP garanta o negociado sobre o legislado”, levando em consideração de que as leis atuais estão contra os trabalhadores, e que os sindicatos de metalúrgicos paulistas estão a frente nas negociações.
	Alteração para que “governo” seja acompanhado “deste governo”.
Destaque ao eixo e ponto de ação 4.3.	Inclusão de que seja incluída no plano de lutas da FEM-CUT/SP a luta contra o feminicídio.
Destaque ao eixo e ponto de ação 5.3.	Inclusão de que a FEM-CUT/SP “defenda novos modelos de organização sindical junto à CUT”. “É uma discussão que deve ser feita”.
Inclusão no plano de lutas do ponto de ação 4, no eixo 5.	Proposta de FEM-CUT/SP “crie estruturas solidárias, principalmente assessorias técnicas, na área da seguridade social”.
Inclusão no plano de lutas do ponto de ação 5, no eixo 5.	Proposta de que a FEM-CUT/SP “garanta manutenção e estrutura dos coletivos de saúde para que sejam

	desenvolvidas atividades e assim fazer frente às alterações do mundo do trabalho e amenizar o sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras”.
Inclusão no plano de lutas do ponto de ação 6, no eixo 5.	Inclusão de que os sindicatos filiados à FEM-CUT/SP tenham políticas e formas de aproximação com a juventude.
Destaque ao eixo e ponto de ação 6.4.	Alteração, de que mude o sentido de “denúncia ao fascismo”, para “combate ao fascismo”.
Destaque ao eixo e ponto de ação 6.5.	Inclusão de que a “FEM-CUT/SP continue apoiando a Marcha das Margaridas”